



ANAI DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 005/006

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Pedro Ivo*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 005

6ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Mensagens 04

Indicações 09

Requerimentos 10

Projetos de Lei 14

Pequeno Expediente:

Dep. Wilson Quinteiro 18

Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 18

Dep. Dobrandino da Silva..... 19

Dep. Antonio Belinati 20

Dep. Plauto Miró..... 23

Dep. Luciana Rafagnin 25

Dep. Caíto Quintana 26

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 27

Dep. Péricles de Mello..... 28

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 22

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró..... 23

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira..... 31

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior..... 33

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 33

Liderança do Governo

Dep. Waldyr Pugliesi 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente36

Discussão/Votação

Redação Final37

3ª Discussão37

2ª Discussão37

1ª Discussão37

Requerimentos39

Encerramento da Sessão40

DIÁRIO Nº 006

7ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....41

Presenças.....41

Abertura da Sessão41

Expediente:

Requerimentos42

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final42

3ª Discussão42

2ª Discussão43

1ª Discussão43

Encerramento da Sessão44

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....44

Diretoria Geral

Portarias44

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato45

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 005

6ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Mensagens04

Indicações09

Requerimentos10

Projetos de Lei14

Pequeno Expediente:

Dep. Wilson Quinteiro18

Dep. Luiz Eduardo Cheida18

Dep. Dobrandino da Silva19

Dep. Antonio Belinati20

Dep. Plauto Miró23

Dep. Luciana Rafagnin25

Dep. Caíto Quintana26

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto27

Dep. Péricles de Mello 28

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 22

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró 23

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 31

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior 33

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 33

Liderança do Governo

Dep. Waldyr Pugliesi 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 36

Discussão/Votação

Redação Final 37

3ª Discussão 37

2ª Discussão 37

1ª Discussão 37

Requerimentos 39

Encerramento da Sessão 40

DIÁRIO Nº 005

6ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Reni Pereira.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Elton Welter, Ademir Bier, Beti Pavin, Enio Verri, Fábio Camargo e Mauro Moraes (07).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Artagão Júnior e Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 009/10

Curitiba, em 03/02/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando instituir o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado do Paraná, conforme especifica.

O objetivo da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6938, de 31/08/81, é a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da Segurança Nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Com esse propósito são criados órgãos nas diferentes esferas do Poder Executivo, que vão interferir sobre as atividades econômicas e sociais no sentido de minimizar os impactos diretos ou indiretos sobre a qualidade ambiental. Para tanto, é necessário organizar as informações geradas pelas atividades de controle, conforme as responsabilidades e obrigações de cada ator no desenvolvimento do País.

A Administração Pública pode, por meio do denominado Poder de Polícia, limitar ou disciplinar direito, interesse ou liberdade, regular a prática de ato ou mesmo determinar a abstenção de atividades que são lícitas. Com relação à Política Nacional de Meio Ambiente, o artigo 17 da Lei nº 6938/81 estabelece a obrigatoriedade do registro para todas as pessoas físicas e jurídicas que realizam as atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, bem como consultoria técnica

ambiental e fabricação de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades potencialmente poluidoras.

Para executar essa tarefa os órgãos de meio ambiente podem contar com a cobrança direta da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA. Essa é a fonte de recursos determinada para a execução de atividades governamentais ligadas ao controle das atividades econômicas e sociais que tem o potencial de degradar o meio ambiente.

Criada pela Lei nº 6938/81, artigo 17-B e seguintes, a cobrança da taxa tem como fato gerador o poder de polícia exercido pelos órgãos de meio ambiente e seus valores são calculados em função das atividades desenvolvidas e do porte da empresa e são recolhidos trimestralmente.

O Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais tem condições de ser um integrador e organizador das informações contidas nos registros das pessoas físicas e jurídicas existentes nos órgãos relativos ao meio ambiente.

O Cadastro Técnico é um instrumento de fundamental importância visto que apresenta com grande clareza o responsável por cada fonte potencialmente poluidora e por cada utilização de recursos ambientais. Permite portanto o planejamento e a integração das ações de controle, fiscalização e gestão ambiental a serem desenvolvidas pelos órgãos de meio ambiente. Permite, também, o processamento dessas informações para avaliação da regularidade de cada pessoa física ou jurídica potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais.

A Taxa de Controle e fiscalização Ambiental - TCFA é cobrada pela União. O valor é cobrado de todas as pessoas que exercem as atividades listadas no Anexo VIII da Lei nº 6938/81, conforme modificação introduzida pela Lei nº 10165, de 27/12/00. O objetivo dessa taxa é suprir os recursos necessários às atividades de controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.

Estados que tenham lei aprovada e vigente sobre o assunto podem receber do valor pago pelos contribuintes a União, um valor de até 60% do valor pago a título de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental. Esse crédito, no texto da Lei nº 6938/81, é dado pelo artigo 17-P: *Constitui crédito para compensação com valor devido de TCFA, até o limite de 60% e relativamente ao mesmo ano, o montante efetivamente pago pelo estabelecimento ao Estado, ao Município e ao Distrito Federal em razão de taxa de fiscalização ambiental.*

São inegáveis as vantagens advindas do esforço para a construção e a publicação de um instrumento legal que garanta ao Estado a cobrança de uma taxa de fiscalização ambiental. O mecanismo mencionado no artigo 17-P da Lei nº 6938/81 resulta em que cobrança não implica em pagamento maior por parte da sociedade do

que aquele que já é obrigatório, no entanto esse valor servirá ao fortalecimento do órgão de meio ambiente estadual, resultando em um novo patamar de qualidade dos serviços prestados.

Vários Estados brasileiros já possuem leis que autorizam a cobrança da taxa estadual e estão arrecadando recursos através da TCFA.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica instituído o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, de inscrição obrigatória e sem qualquer ônus, para pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais e à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Parágrafo Único. O cadastro ora instituído integra o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente, criado pela Lei Federal nº 6938 de 31/08/81.

Art. 2º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, órgão integrante do SISNAMA nos termos do artigo 6º, inciso V, da Lei Federal nº 6938/81, administrará o cadastro instituído por esta lei, sob supervisão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

§ 1º O IAP é órgão seccional responsável pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização das atividades capazes de provocar degradação ambiental.

§ 2º Para cumprimento efetivo das responsabilidades que lhes são atribuídas pela Lei nº 6938/81, com relação dada pela Lei nº 7804/89, o IAP manterá eletronicamente troca de informações como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, visando a atualização dos dados constantes no registro das pessoas físicas ou jurídicas constantes no cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, com domicílio ou sede neste Estado.

Art. 3º Na administração do cadastro de que trata esta lei, compete ao IAP:

I - manter atualizado o cadastro e suprir o Sistema Nacional de informações sobre o Meio Ambiente;

II - estabelecer, por meio de portaria conjunta com o IBAMA, o procedimento de registro no cadastro;

III - articular-se com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para integração dos dados do cadastro de que trata esta lei

e do Cadastro Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais.

Art. 4º As pessoas físicas ou jurídicas de que trata o artigo 1º desta lei, não inscritas no Cadastro Técnico Estadual até o último dia do trimestre civil que ocorrer após a publicação desta, incorrerão em infração punível com multa de:

I - R\$ 50 (cinquenta reais), se pessoa física;

II - R\$ 150 (cento e cinquenta reais), se microempresa;

III - R\$ 900 (novecentos reais) se empresa de pequeno porte;

IV - R\$ 1.800 (mil e oitocentos reais), se empresa de médio porte;

V - R\$ 9.000 (nove mil reais), se empresa de grande porte.

Art. 5º Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado do Paraná - TCFA-PR, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

Art. 6º É sujeito passivo da TCFA-PR todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo I desta lei.

Art. 7º A TCFA-PR é devida por estabelecimento e os seus valores são os fixados no Anexo II desta lei.

§ 1º Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I - microempresa e empresa de pequeno porte, as pessoas jurídicas que se enquadrem, respectivamente, nas descrições dos incisos I e II do *caput* do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/06;

II - empresa de médio porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 12.000.000 (doze milhões de reais), de acordo com a Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Federal nº 6938, de 31/08/81, atualizada pela Lei Federal nº 10165, de 27/12/00;

III - empresa de grande porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 12.000.000 (doze milhões de reais), conforme Lei Federal nº 6938, de 31/08/81, atualizada pela Lei Federal nº 10165, de 27/12/00.

§ 2º O potencial de poluição (PP) e o grau de utilização (GU) de recursos naturais de cada uma das atividades sujeitas à fiscalização encontram-se definidos no Anexo I desta lei.

§ 3º Caso o estabelecimento exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização, pagará a taxa relativamente a apenas uma delas, pelo valor mais elevado.

Art. 8º A TCFA-PR será devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil, nos valores fixados no

Anexo II desta lei, e o recolhimento será efetuado em conta bancária vinculada ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, por intermédio de documento próprio de arrecadação, até o terceiro dia útil do mês subsequente.

Art. 9º A TCFA-PR não recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas no artigo anterior será cobrada com os seguintes acréscimos:

I - juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento da obrigação, à razão de um por cento;

II - multa de mora de vinte por cento, reduzida a dez por cento se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento da obrigação;

III - encargo de vinte por cento, substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado, calculado sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, reduzido para dez por cento se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução.

§ 1º Os juros de mora não incidem sobre o valor da multa de mora.

§ 2º Os débitos relativos à TCFA-PR poderão ser parcelados de acordo com os critérios fixados na legislação tributária, conforme dispuser a normatização própria.

Art. 10. São isentas do pagamento da TCFA-PR as entidades públicas federais, estaduais e municipais, as entidades filantrópicas e os pequenos proprietários rurais conforme definido pela Lei Federal nº 11428/06.

Art. 11. Os valores pagos a título de TCFA-PR constituem crédito para compensação com o valor devido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis - IBAMA, a título de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), até o limite de sessenta por cento e relativamente ao mesmo ano, nos termos do Artigo 17-P da Lei Federal nº 6938/81, incluído pela Lei nº 10165, de 27/12/00.

Art. 12. Constitui crédito para compensação com o valor devido a título de TCFA-PR, até o limite de sessenta por cento e relativamente ao mesmo ano, o montante efetivamente pago pelo estabelecimento ao Município em razão de taxa de fiscalização ambiental.

§ 1º Valores recolhidos ao Município a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento e venda de produtos, não constituem crédito para compensação com a TCFA-PR.

§ 2º A restituição, administrativa ou judicial, qualquer que seja a causa que a determine, da taxa de fiscalização ambiental municipal compensada com a TCFA-PR restaura o direito de crédito do Órgão Ambiental Estadual contra o estabelecimento, relativamente ao valor compensado.

Art. 13. Os dispositivos ora previstos não alteram nem revogam outros que contenham exigências próprias para o exercício de atividades específicas, sequer aqueles que necessitem de licença ambiental a ser expedida por órgão competente.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, observado quanto aos seus efeitos, o disposto no artigo 150, inciso III, alíneas “b” e “c” da Constituição Federal, e terá seus efeitos suspensos ao cessarem os efeitos do Artigo 17-P da Lei Federal nº 6938, de 1981.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO I ATIVIDADES SUJEITAS À TCFA-PR			
Código	Categoria	Descrição	PP/GU
01	Extração e Tratamento de Mineirais	pesquisa mineral com guia de utilização; lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento, lavra garumpeira, perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural.	Alto
02	Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos	beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração; fabricação e elaboração de produtos mineais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares.	Médio
03	Indústria Metalúrgica	fabricação de aço e de produtos siderúrgicos, produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, relaminados com ou sem tratamento; de superfície, inclusive galvanoplastia, metalúrgica dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro; produção de laminados, ligas, artefatos de metais não ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas, produção de soldas e anodos. Metalúrgia de metais preciosos; metalurgia de pó, inclusive pelas moldadas; fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive; galvanoplastia, fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície.	Alto
04	Indústria Mecânica	fabricação de máquinas, aparelhoa, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície.	Médio

05	Indústria de material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores, fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.	Médio
06	Indústria de Material de Transporte	fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios; fabricação e montagem de aeronaves; fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes.	Médio
07	Indústria de Madeira	serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estrutura de madeira e de móveis.	Médio
08	Indústria de Papel e Celulose	fabricação de celulose e pasta mecânica; fabricação de papel e papelão; fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada.	Alto
09	Indústria de Borracha	beneficiamento de borracha natural, fabricação de câmara de ar, fabricação e recondicionamento de pneumáticos; fabricação de laminados e fios de borracha; fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex.	Pequeno
10	Indústria de Couros e Peles	secagem e salga de couros e peles, curtimento e outras preparações de couros e peles; fabricação de artefatos diversos de couros e peles; fabricação de cola animal.	Médio
11	Indústria Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos; fabricação e acabamento de fios e tecidos; tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos; fabricação de calçados e componentes para calçados.	Médio
12	Indústria de Produtos de Matéria Plástica	fabricação de laminados plásticos, fabricação de artefatos de material plástico.	Pequeno
13	Indústria de Fumo	fabricação de cigarros, charutos, cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo.	Médio
14	Indústrias Diversas	usinas de produção de concreto e de asfalto	Pequeno
15	Indústria Química	produção de substâncias e fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira; fabricação de combustíveis não derivados de petróleo, produção de óleos, gorduras, ceras, vegetais e animais, óleos essenciais, vegetal e produtos similares, da destilação da madeira, fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de boracha e látex sintéticos, fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos; recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais; fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos; fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas; fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; fabricação de fertilizantes e agroquímicos, fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; fabricação de sabões, detergentes e velas; fabricação de perfumarias e cosméticos; produção de álcool etílico, metanol e similares.	Médio
16	Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas	beneficiamento, moagem torrefação e fabricação de produtos alimentares; matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal; fabricação de conserva; preparação de pescados; beneficiamento e industrialização de leite e derivados; fabricação e refinação de açúcar; refino e preparação de óleo e gorduras vegetais; produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação; fabricação de fermentos e leveduras; fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais; fabricação de vinhos e vinagre; fabricação de cervejas, chopes e maltes; fabricação de bebidas não-alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação e águas minerais; fabricação de bebidas alcoólicas.	Médio
17	Serviço de Utilidade	produção de energia termoeletrônica; tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos; disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens; usadas e de serviço de saúde e similares; destinação de resíduos de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas; dragagem e derrocamentos em corpos d'água; recuperação de áreas contaminadas ou degradadas.	Médio
18	Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	transportes de cargas perigosas, transporte por dutos; marinas, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos; comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos.	Alto
19	Turismo	complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos	Pequeno

20	Uso de Recursos Naturais	Silvicultura, exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; exploração de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas, exceto para melhoramento genético vegetal e uso na agricultura; introdução de espécies geneticamente modificadas previamente identificadas pela CTNBio como potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente; uso da diversidade biológica pela biotecnologia em atividades previamente identificadas pela CTNBio como potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente	Médio
----	--------------------------	---	-------

ANEXO II VALORES, EM REAIS, DEVIDO POR ESTABELECIMENTO, TRIMESTRALMENTE, A TÍTULO DE TCFA-PR					
Potencial de Poluição	Pessoa Física	Microempresa	Pequeno Porte	Médio Porte	Grande Porte
Pequeno			67,50	135,00	270,00
Médio			108,00	216,00	540,00
Grande		30,00	135,00	270,00	1.350,00

**CASA CIVIL
PALÁCIO DAS ARAUCÁRIAS
OFÍCIO CEE/CC 337/10**

Curitiba, em 04/02/10.

Protocolo nº 10.024.804-2

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa. para as providências de praxe, a Mensagem nº 009/10, assinada em 03/02/10 pelo Exmo. Sr. Governador, relativa ao anteprojeto de lei que objetiva instituir o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado do Paraná.

Cordialmente,

RAFAEL IATAURO
Chefe da Casa Civil

MENSAGEM Nº 010/10

Curitiba, 03/02/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao artigo 1º, ao artigo 2º e seu parágrafo 1º e ao artigo 3º, da Lei nº 16385, de 25/01/10, que instituiu o Programa Leite das Crianças.

A nova redação ao artigo 1º visa estender os benefícios às mães gestantes e nutrízes. Com essa medida, referido artigo passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Leite das Crianças como um dos direitos e garantias fundamentais das crianças de 06 a 36 meses, mães gestantes e nutrízes, nos termos do parágrafo 1º do artigo 5º, da Constituição Federal do Brasil.”

A alteração proposta ao artigo 2º e seu parágrafo 1º e ao artigo 3º, objetiva garantir, aos beneficiários, a distribuição de um litro de leite diariamente, e dar mais clareza dos tipos dos produtos a serem oferecidos e que os mesmos deverão ser adquiridos de usinas de beneficiamento de leite pasteurizado, previamente cadastradas e que priorizam o recebimento da produção leiteira de pequenos produtores locais e regionais. Com essa proposta, referidos dispositivos passarão a ter a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa Leite das Crianças consiste na distribuição gratuita e diária, pelo Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, de 01 (um) litro de leite - tipo pasteurizado - integral ou padronizado (3,0% de gordura) - enriquecido com Ferro Quelado e Vitaminas “A” e “D”, às crianças de 06 a 36 meses de idade, mães gestantes e nutrízes, no âmbito do Estado do Paraná.

§ 1º A distribuição do leite deverá atender crianças e famílias previamente cadastradas, por órgão a ser proposto pelo Poder Público em parceria com a Sociedade Civil Organizada e que a renda média *per capita* seja de até meio salário-mínimo regional, comprovadamente.

Art. 3º O Poder Executivo deverá adquirir o leite, para atender o Programa Leite das Crianças, de usinas de beneficiamento de leite pasteurizado, previamente cadastradas e que priorizam o recebimento da produção leiteira de pequenos produtores locais e regionais.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 1º, da Lei nº 16385, de 25/01/10, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Leite das Crianças como um dos direitos e garantias fundamentais das crianças de 06 a 36 meses, mães gestantes e nutrízes, nos termos do parágrafo 1º do artigo 5º, da Constituição Federal do Brasil.”

Art. 2º O artigo 2º e seu parágrafo 1º, da Lei nº 16385/10, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa Leite das Crianças consiste na distribuição gratuita e diária, pelo Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, de 01 (um) litro de leite - tipo pasteurizado - integral ou padronizado (3,0% de gordura) - enriquecido com Ferro Quelado e Vitaminas “A” e “D”, às crianças de 06 a 36 meses de idade, mães gestantes e nutrízes, no âmbito do Estado do Paraná.

§ 1º A distribuição do leite deverá atender crianças e famílias previamente cadastradas, por órgão a ser proposto pelo Poder Público em parceria com a Sociedade Civil Organizada e que a renda média *per capita* seja de até meio salário-mínimo regional, comprovadamente.”

Art. 3º O artigo 3º, da Lei nº 16385/10, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Poder Executivo deverá adquirir o leite, para atender o Programa Leite das Crianças, de usinas de beneficiamento de leite pasteurizado, previamente cadastradas e que priorizam o recebimento da produção leiteira de pequenos produtores locais e regionais.”

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

CASA CIVIL
PALÁCIO DAS ARAUCÁRIAS
OFÍCIO CEE/CC 338/10

Curitiba, 04/02/10.

Protocolo nº 10.364.873-4

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para providências, a Mensagem nº 010/10, assinada pelo Sr. Governador em 03/02/10, relativa ao anteprojeto de lei que objetiva a alteração da Lei nº 16385/10, que institui o Programa Leite das Crianças.

Cordialmente.

(a) RAFAEL IATAURO
Chefe da Casa Civil

Indicações

INDICAÇÃO Nº 005/10

SÚMULA:

Instalação de PROCONs nos Municípios que formam as Regiões Administrativas do Estado do Paraná.

Ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Justiça e Cidadania:

1 - O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere que sejam instalados escritórios representativos da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/PR, nos 20 Municípios que formam as Regiões Administrativas do Estado do Paraná.

Tal indicação, prende-se ao fato de que com a instalação de escritórios representativos do PROCON/PR nos 20 Municípios que formam as Regiões Administrativas de nosso Estado, irá beneficiar os milhares de paranaenses que necessitam dos serviços e orientações prestados pelo PROCON/PR, tais como: reclamações, denúncias, consultas, acesso a pesquisas de preços e produtos de consumo básico de sua região, apoio a entidades civis de defesa ao consumidor e a fiscalização do cumprimento do Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, em 10/02/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

INDICAÇÃO Nº 006/10

SÚMULA:

Sugere a implantação de Linha de Transporte Coletivo ligando o Terminal do Guaraituba - Município de Colombo até o Município de Curitiba, via Terminal do Alto Maracanã.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Luiz Forte Netto:

Ilmo. Sr. Coordenador da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Sr. Alcidino Bittencourt Pereira:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. e V. Sa. para expor e sugerir o que se segue:

I - Sugere a implantação de Linha de Transporte Coletivo ligando o Terminal do Guaraituba - Município de Colombo até o Município de Curitiba, via Terminal do Alto Maracanã.

II - A presente sugestão tem por objetivo proporcionar atendimento à comunidade da região, melhorando as condições do transporte coletivo.

Sala das Sessões, em 10/02/10.

(a) BETI PAVIN

INDICAÇÃO Nº 007/10

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme

artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, indica ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião e à Sra. Secretária de Estado da Educação, Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde:

1) Que haja continuidade no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, que é realizado em consonância com a nossa gloriosa Polícia Militar;

2) O Conselho Municipal de Educação de Sarandi, reafirma que o PROERD apresentou um resultado altamente positivo naquele Município em favor das crianças matriculadas nas escolas municipais;

3) O referido Conselho não só enaltece o trabalho conjunto Governo do Estado/SEED/PM-PR, como reiterar a sua continuidade e se possível a sua ampliação em termos de números de escolas atendidas;

4) Finalmente, apela ao Sr. Governador, que ouça os clamores dos pais e professores de Sarandi, pela consolidação e ampliação do PROERD.

Sala das Sessões, em 10/02/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO N° 008/10

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, indica ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião:

1) Seja concedida a devida autorização ao órgão competente para que estude a viabilidade de ceder por doação, permissão de uso, convênio ou comodato, um veículo, mesmo que usado que será destinado ao Conselho Tutelar de Marialva;

2) O referido Conselho necessita, urgentemente, desse veículo para atender as várias atividades que são desenvolvidas diariamente com adolescentes e crianças e entre essas viagens e locomoções muitas se referem a internamentos em outros Municípios.

Sala das Sessões, em 10/02/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO N° 009/10

SÚMULA:

Sugere a construção da Unidade Escolar no setor A (Parque São Pedro) no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - construção da Unidade Escolar no setor A (Parque São Pedro) no Município de Sarandi.

II - a apresentação da presente indicação, objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade do Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 10/02/10.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 010/10

SÚMULA:

Sugere ao Governador do Estado seja firmado convênio para garantir serviço de prevenção, salvamento e combate a incêndio no Aeroporto Regional de Maringá.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, requer à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, sugerindo ao mesmo que firme convênio com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, disponibilizando efetivo de 25 bombeiros militares para o SESCINC - Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio do Aeroporto Regional de Maringá.

O Aeroporto Regional de Maringá conta com nove homens no respectivo efetivo, situação que o classifica na Categoria 5, nível de proteção contra incêndio e que diante do crescimento do aeroporto, a ANAC - Agência Nacional de Aviação está requerendo a mudança imediata para Categoria 6, e o efetivo necessário é de 25 homens.

A elevação de categoria do Aeroporto de Maringá depende da providência reivindicada, razão pela qual esta Assembleia encarece providências imediatas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 10/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 152

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 11 de fevereiro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO N° 173

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada por 01 (uma) Sessão de Projeto de Lei n° 616/09, Item 10 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO N° 169

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-

se-à deste plenário na Sessão do dia 10 do mês corrente, tendo por motivo a realização de exames médicos, conforme atestado que será enviado posteriormente.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 170

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, vem, com espeque no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUERER, após a aprovação do douto Plenário, requerer a aprovação do presente requerimento, para justificar sua ausência nas Sessões, pelos motivos que expressa:

- nos dias 22 e 23 fevereiro do corrente para participação no workshop sobre participação política promovido pelo Sindicato dos Auditores Fiscais do Paraná.

- nos dias 24 e 25 de fevereiro do corrente, para participação na 130ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da FENAFISCO.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 149

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento de Nelson Manoel da Mota, ocorrido no dia 05/02/10, no Município de Sulina/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, Honorina Lindner da Mota.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Vereador e vice-presidente da Cooperativa Cresol de Chopinzinho, Nelson Manoel da Mota muito se esforçou em favor dos pequenos agricultores. Homem de visão, deixou uma marca que jamais se apagará da memória de todos que com ele tiveram o privilégio de conviver. Tinha posições firmes, jamais abria a mão de lutar por aquilo que achava justo e correto.

Toda a comunidade ficou consternada pelo precoce falecimento e também pelas circunstâncias como ele ocorreu. Nelson era um homem bem relacionado e que tinha na família o alicerce para consubstanciar sua vida.

Homem bem quisto, na sua passagem por este mundo soube cativar amigos e simpatia. Sulina perde um filho importante, que jamais será substituído, abrindo-se uma lacuna na vida social do Município.

Lamentavelmente, partiu para outra jornada, ainda cheio de idéias, de sonhos e esperança. Mas Deus na sua infinita sabedoria o que faz. Por isso confere-me o dever de solicitar apoio aos meus Pares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para aprovar o presente voto de condolências a toda família,

ao povo de Sulina e também uma última homenagem ao senhor Nelson.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 157

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja consignado na ata da presente Sessão votos de profundo pesar à família de Hiromitsi Shimada pelo seu falecimento, aos 51 anos, no Japão. Agricultor, casado, deixa casal de filhos e esposa. Havia emigrado para o Japão em busca de novas oportunidades de profissionais, e naquele País, onde atualmente trabalhava, veio a falecer.

Esta casa reverencia a memória de Hiromitsi Shimada, cuja vida de realizações como agricultor e trabalhador no Japão deixa um legado exemplar de serviço, dedicação e doação ao próximo. O Deputado Teruo Kato e esta Casa de Leis, associando-se às manifestações de profundo pesar, apresenta à família enlutada suas mais sinceras condolências.

Requer à mesa, por fim, o envio de cópia deste documento à família Shimada na pessoa de Takumi Shimada.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 162

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Alcídia Bordinhon Ribas, ocorrido no dia 27/01/10.

Dna. Tita, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Expressiva senhora da sociedade curitiba, na mãe, avó e bisavó que teve na família sua maior riqueza, a bondade cristã espelhada no ser humano, uma mulher de personalidade, determinada e alegre.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 163

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Ana Lucia Cantarim, ocorrido no dia 02/02/10.

Dra. Ana, era médica obstetra e ginecologista, formada pela faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Era uma profissional reconhecida, dedicada e querida pela comunidade.

Expressiva personalidade da sociedade, tinha grande interesse e carinho por seus pacientes, teve na família sua maior riqueza.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 145

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Pastor Claudio Roberto Pinheiro pelos 30 anos da Igreja Metodista Wesleyana de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 161

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Pierpaolo Petruzzello.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Pierpaolo Petruzzello, Advogado e Assessor Parlamentar que tem contribuído muito para o desenvolvimento da ciência em benefício da humanidade. Um lutador que busca nos avanços da medicina, a solução não só para si, mas para todos aqueles que enfrentam dificuldades, colocando-se à disposição da ciência para novas conquistas no campo da Biomedicina.

REQUERIMENTO Nº 164

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Milton Buabssi.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Milton Buabssi, Secretário Especial de Relações com a comunidade, cargo que ocupa de forma honrosa e ética, dedicando seus vastos conhecimentos nas atividades públicas para o bem comum e o engrandecimento do Estado, bem como de seus cidadãos, demonstrando todo o empenho para beneficiar o coletivo e melhorar as condições sociais e humanas dos moradores do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 165

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e

congratulações ao Sr. Luís Antonio Sebben.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luís Antonio Sebben, presidente do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná que representa a entidade, atuando na coordenação, na defesa, proteção e representação das reivindicações e direitos dos filiados.

Atuando intensamente na luta pelos direitos e por melhores condições de trabalho, fortalecendo e valorizando o sindicato, com determinação e perseverança para superar as dificuldades, ampliando o reconhecimento dos setores que representa.

REQUERIMENTO Nº 166

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Peterson Bengtsson.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Peterson Bengtsson, que com respeito, solidez e lealdade, desenvolve um trabalho que é referência em contabilidade geral e consultoria tributária.

Inovando e melhorando as soluções técnicas, dá tranquilidade aos clientes através dos serviços e forma ágil, atingido soluções e resultados positivos com transparência e confiabilidade.

REQUERIMENTO Nº 153

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais e dentro da sua obrigação constitucional, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Carlos Augusto Hoffmann, solicitando a implantação de novas varas cíveis em Londrina.

A criação de mais duas varas cíveis na Comarca de Londrina, que seriam as 11ª e 12ª Varas Cíveis, já foi autorizada legalmente. Entretanto esta criação não foi materializada, o que se solicita por meio deste requerimento.

A quantidade exorbitante de processos nas varas cíveis de Londrina é de conhecimento público, a materialização dessas duas novas varas desafogaria as demais, e com isto, garantiria mais celeridade na conclusão dos processos.

O presente requerimento vem demonstrar que o Parlamento paranaense entende a importância dessa concretização.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 154

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais e dentro da sua obrigação constitucional, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Carlos Augusto Hoffmann, solicitando a interiorização do TJ-PR. A Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Londrina, vem apresentando estudos para a criação de Câmaras do Tribunal de Justiça em Londrina. A idéia é interiorizar o TJ-PR, dando agilidade e trazendo a instância máxima do Poder Judiciário do Paraná para outros locais que não a Capital.

O presente requerimento vem demonstrar que o Parlamento paranaense entende a importância da aproximação do TJ-PR do interior, em especial de Londrina.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 171

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Tizzot e ao Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Daniel Lúcio Oliveira de Souza, as seguintes informações referentes à contratação da empresa Alpina Briggs Defesa Ambiental, para a criação do Clube de Serviços de Meio Ambiente (CSMA):

1 - Como ocorreu o processo de licitação para a contratação da referida empresa? Quais as outras empresas que participaram do certame? Enviar cópia do contrato social da Alpina Briggs Defesa Ambiental e também do contrato assinado entre a empresa e a APPA.

2 - Qual o valor a ser pago pela APPA para a empresa Alpina Briggs para gestão do Clube de Serviços?

3 - Qual a finalidade e necessidade de criação deste clube?

4 - Como esse clube será gerido? Qual a participação da APPA nessa gestão?

5 - Qual o motivo por que os operadores do porto foram obrigados a associar-se ao clube, sob a condição de não poderem mais prestar serviços aos portos paranaenses? A obrigatoriedade ainda é mantida pela APPA?

6 - Quais os valores que deverão ser pagos pelos operadores para o clube? Qual será a destinação desse dinheiro? Quem será o responsável por gerir os recursos arrecadados?

7 - Quais as portarias e ordens de serviços que regulamentaram a criação deste clube e que serviram

para informar aos operadores sobre essa nova determinação? Enviar cópias.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(aa) RENI PEREIRA, DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO e PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 150

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem, respeitosamente, REQUERER após oitiva do douto Plenário, aprovação de envio de pedido de providências ao Ministro da Justiça, para imediata chamada do excedente no concurso da DPF, na forma que segue.

Em referência ao atual concurso para ingresso nos quadros da Polícia Federal, nos cargos de Escrivão e Agente, organizado pela CESPE/UNB, cumpre destacar que:

- considerando que o processo seletivo realizado no corrente ano tem por objetivo principal reforçar o posicionamento na fronteira brasileira, notadamente na Amazônia Legal;

- considerando que a Polícia Federal desempenha relevante serviço para a proteção da sociedade, ante objetivos listados no artigo 144 da Magna Carta;

- considerando a necessidade de pessoal para este órgão do Ministério da Justiça;

- considerando o Decreto 6944/09, artigo 11, pelo qual podem ser convocados até 50% além do número de aprovados, com esteio em motivação expressa;

- considerando que a convocação para o Curso de Formação dos aprovados no concurso se dará em janeiro;

- considerando que a Academia de Polícia Federal, localizada em Brasília, tem capacidade para receber grande quantidade de pessoal;

- considerando a situação calamitosa de regiões de fronteira, que por vezes não são atendidas de modo satisfatório, por falta de pessoal;

- considerando o apoio exarado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Faz-se imperiosa, com esteio nestas razões, a imediata chamada dos excedentes do concurso do Departamento da Polícia Federal ora em trâmite, de forma a elevar a proteção de nossa pátria, através de servidores bem preparados para tanto. Essa chamada, destaque, há que ser imediata, pelo exíguo tempo entre a convocação e o início do curso de formação. Por ser assim, e mais, por ser assunto afeto ao Ministério da Justiça, remeto o presente pedido para providências, no sentido de convocação dos candidatos excedentes do citado concurso.

Sendo o que me cabia para o momento, reitero meus votos de admiração e estima.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) RENI PEREIRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 032/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído que as escolas públicas e provadas conveniadas com o Estado do Paraná devam dispor de embasamento teórico e prático concernentes aos direitos do consumidor, baseado na Lei Federal nº 8078 de 11/09/90.

Art. 2º As escolas oportunizarão aos alunos, através de parcerias com institutos, empresas públicas, órgãos não governamentais, entidades e movimentos a associação do conhecimento empírico dos alunos ao conhecimento científico, visando à conscientização sobre os direitos do consumidor.

§ 1º As atividades serão desenvolvidas sem alterar o currículo escolar, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

I - As atividades técnicas teóricas em defesa aos direitos do consumidor deverão ser ministradas nas escolas através de:

- a) palestras;
- b) debates;
- c) seminários.

II - As práticas deverão ser conjugadas com ações participativas, priorizando o ambiente escolar.

III - A escola deverá, semestralmente, apresentar relatórios aos parceiros detalhando atividades realizadas e metas alcançadas.

§ 2º Os custos para o desenvolvimento das atividades serão de responsabilidade da comunidade escolar que poderá buscar parceiros para viabilizar a execução dos projetos.

Art. 3º As escolas deverão avaliar os alunos de forma descritiva, com o objetivo de incentivá-los. Aprender, trocar experiência e apresentar alternativas viáveis para problemas que possam surgir no âmbito da defesa aos direitos do consumidor.

Parágrafo Único. A avaliação do aluno deverá considerar:

- I - interesse;
- II - atenção;
- III - participação nas atividades propostas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/02/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

JUSTIFICATIVA:

O direito do consumidor é obra, relativamente recentes na doutrina e na legislação. Tem seu surgimento como ramo do Direito, principalmente, na metade deste

século. Porém, indiretamente encontramos contornos deste segmento do Direito presente, de forma esparsa, em norma das mais diversas, em várias jurisprudência e, acima de tudo, nos costumes dos mais variados Países. Porém, não era concebido como uma categoria jurídica distinta e, também, não recebia a denominação que hoje apresenta.

No Brasil, o direito do consumidor surgiu entre as décadas de 40 a 60, quando foram sancionados diversas leis e decretos federais, legislando sobre saúde, proteção econômica e comunicação. Dentre todas, pode-se citar: a Lei nº 1221/51, denominada Lei de Economia Popular; a Lei Delegada nº 4/62; a Constituição de 1967 com a emenda nº 1/69, que consagrou a defesa do consumidor.

A questão dos direitos do consumidor é tão importante que em três oportunidades distintas é tratada na Constituição Federal vigente. A primeira vez, já em seu Capítulo I do Título II, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos estabelece a Carta Magna, no artigo 5º, XXXII que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor o que quer dizer, em outras palavras, que o Governo Federal tem a obrigação de defender o consumidor, de acordo com o que estiver estabelecido nas leis.

A segunda vez que a Constituição menciona a defesa do consumidor é quando trata dos princípios gerais da atividade econômica no Brasil, citando em seu artigo 170, V, que a defesa do consumidor é um dos princípios que devem ser observados no exercício de qualquer atividade econômica.

Finalmente, o artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), determina que o Congresso Nacional elabore o Código de Defesa do Consumidor.

Estes três dispositivos constitucionais são mencionados no artigo 1º do nosso Código de Defesa do Consumidor.

É de suma importância levar aos jovens estudantes de nosso Estado a oportunidade para obterem conhecimento dos seus direitos garantidos em nossa Constituição, bem como, na legislação vigente. Conhecer sobre os direitos ao consumidor irá contribuir positivamente para a formação destes jovens cidadãos, aliar os ensinamentos no período escolar com as experiências através de seminários, palestras e debates, irá despertar o interesse dos alunos ao tema direitos do consumidor, pois a relação de consumo é uma constante no dia a dia de nossas vidas.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 033/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o diagnóstico dos riscos geotécnicos e ambientais no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. O programa de que trata o *caput* deste artigo produzirá rede de informações georreferenciadas sobre riscos geotécnicos e ambientais no Estado, com elaboração de mapas e relatórios de risco.

Art. 2º Consideram-se riscos geotécnicos e ambientais os eventos naturais ou os eventos provocados pela atividade humana que causam dano à vida, à saúde, às atividades econômicas e sociais e ao patrimônio público e privado.

Art. 3º Os mapas e relatórios de riscos geotécnicos e ambientais serão elaborados tecnicamente, contendo, além de outras informações:

- I - áreas alagáveis;
- II - áreas de risco de enchentes anuais e decenais;
- III - pontos de estrangulamento e assessoramento de rios e córregos;
- IV - encostas com declives acima de 30%, com cobertura vegetal ou não;
- V - áreas não ocupadas com possibilidade de ocorrência de escorregamentos;
- VI - áreas ocupadas com possibilidade de ocorrência de escorregamentos;
- VII - áreas passíveis de instabilidade por ações inadequadas;
- VIII - áreas erodidas pela ausência de cobertura florestal.

Art. 4º Os mapas e relatórios serão confeccionados com base em critérios técnicos, observados os dados existentes na Administração Pública, inclusive os relativos a eventos anteriores, e com base em levantamentos geotécnicos realizados no Estado, sempre com apoio da coordenação de defesa civil do Estado e dos Municípios.

Art. 5º Os dados dispostos nos mapas de risco deverão ser atualizados anualmente por equipe técnica composta para essa finalidade.

Art. 6º Os mapas e relatórios de risco serão disponibilizados à população através de sítio próprio na rede mundial de computadores, com os esclarecimentos sobre os eventos possíveis e o indicativo de alerta das ocorrências.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento do Estado.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/02/10.
(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A elaboração de um diagnóstico técnico contendo levantamento detalhado das áreas de risco geotécnicos e ambientais no Estado do Paraná é fundamental para a prevenção de desastres que constantemente ocorrem no Estado.

O diagnóstico tem como objetivo a proteção da integridade física das pessoas e a prevenção de danos potenciais à vida humana e animal e à saúde econômica da população, provenientes de eventos como enchentes, escorregamentos e desastres provocados pela força da natureza ou pela intervenção humana.

O levantamento que se pretende fazer através desta proposição proporcionará à população obter informação correta e adequada sobre os riscos reais e as ocorrências possíveis em cada região do Estado e em cada Município, servindo inclusive como orientação para a Defesa Civil em suas ações.

Vale destacar que o principal objetivo da elaboração desse diagnóstico é, justamente, atender a realidade ambiental e social, delimitando áreas de risco onde podem ocorrer eventos danosos a longo, médio e curto prazo, bem como o grau de risco desses eventos.

Através da implementação desta lei, será produzido um completo diagnóstico de todo o Estado do Paraná, facilitando as ações de planejamento e organização espacial das atividades de indústria, comércio, habitação, entre outras.

PROJETO DE LEI Nº 034/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam anistiadas, temporariamente, pessoas de baixa renda que sofreram danos com temporais e outras catástrofes climáticas provocadas pelo aquecimento global, do pagamento de tarifa de água, esgoto e energia elétrica.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/02/10.
(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo tentar minorar o sofrimento de grande número de famílias que sofreram com catástrofes climáticas ocorridas nos últimos anos, causadas pelo aquecimento global.

Vítimas que perderam suas casas, ficando sem nenhuma possibilidade de atender as mínimas necessidades de seus familiares. Na dura tarefa de reconstrução de suas moradias, muitas vezes essas pessoas não recebem

nenhuma ajuda do Poder Público, tornando essa missão quase impossível.

Nada mais justo, então, que não se cobre tarifa pública de serviços que muitas vezes estão indisponíveis, como água, esgoto e energia elétrica, de quem está passando por momentos difíceis.

Sendo assim, esperando, contar, com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 035/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os rótulos ou embalagens de produtos cariogênicos fabricados ou comercializados no Estado do Paraná conterão os dizeres: “Este produto contém substâncias que provocam cáries”.

Parágrafo Único. A mensagem de que trata o *caput* será inserida de modo visível, ocupando área de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da dimensão do rótulo ou da parte impressa da embalagem do produto, sendo admissível a afixação de etiqueta adesiva contendo os mesmos termos.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os responsáveis à pena de multa, no valor de 500 Ufepr (quinhentas Unidades Fiscais do Estado do Paraná), aplicada em dobro em caso de reincidência.

Parágrafo Único. O infrator será, sem prejuízo da multa prevista no *caput*, intimado a regularizar os rótulos ou embalagens no prazo de 20 dias, sob pena de ser considerado reincidente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Por meio de estudos epidemiológicos nacionais realizados em 1986 e 1996, constatou-se que, a partir da década de 70, ocorreu uma expressiva redução na ocorrência de cáries dentárias da população infantil na maioria dos países desenvolvidos, o que pôde também ser observado no Brasil.

Levantamentos epidemiológicos realizados em diferentes Municípios ao longo da última década confirmam que, pelo menos nas Regiões Sul e Sudeste, uma expressiva redução da doença também vem ocorrendo. Segundo especialistas, a redução apontada teve como fator a adição de flúor na água consumida pela população. Ocorre que outros fatores podem contribuir para a redução ou aumento de cárie, como, por exemplo, a frequência de consumo de produtos cariogênicos, que é, segundo estudos, determinante para o aumento das cáries.

A preocupação, além de saudável, é imprescindível, quando são vistos os dados levantados pelo Ministério da Saúde.

Segundo o Relatório da Saúde Bucal do Brasileiro, a cárie atinge quase 60% das crianças de cinco anos de idade. O índice sobe para 70% entre crianças de 12 anos e para 90% entre adolescentes de 15 a 19 anos. Em média, uma criança brasileira de três anos ou menos já tem, pelo menos, um dente com cárie, a aos cinco anos essa média pula para quase três dentes cariados.

É direito dos cidadãos ter a informação que determinado produto contém substância que provoca cárie, dando-lhes condições de controlar os produtos que seus filhos irão consumir.

PROJETO DE LEI Nº 036/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os órgãos públicos e empresas privadas, no âmbito do Estado do Paraná, devem atender os usuários e clientes no setor de guichês e causas em tempo razoável.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se como tempo razoável para o atendimento:

I - até 30 (trinta) minutos em dias normais;

II - até 45 (quarenta e cinco) minutos em vésperas ou após feriados prolongados;

Parágrafo Único. O tempo máximo de atendimento referido nos incisos I e II leva em consideração o fornecimento normal dos serviços essenciais à manutenção do ritmo normal das atividades.

Art. 3º O atendimento preferencial e exclusivo dos caixas destinados aos maiores de 60 (sessenta) anos, gestantes, pessoas portadoras de deficiência física e pessoas com crianças de colo, será realizado através de senha numérica e oferta de assentos com encosto.

Parágrafo Único. Os órgãos públicos e empresas privadas podem disponibilizar sistema de senha numérica, a qual deverá indicar, obrigatoriamente, a data e horário de chegada do usuário ou cliente.

Art. 4º O não cumprimento dos dispositivos desta lei sujeitará o infrator a pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, a ser cobrada pelo órgão competente do Estado, aplicada mediante processo administrativo e garantido o direito à ampla defesa.

§ 1º A multa será em montante não inferior a R\$ 100,00 (cem reais) e não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser cobrada pelo órgão competente do Estado, em dobro em caso de reincidência, garantindo o direito à ampla defesa.

§ 2º O valor da multa de que trata este artigo será atualizado, anualmente, pela variação do Índice de Preços

ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção desses índices, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 5º Revoga-se a Lei nº 13400, de 21/12/01 e Lei nº 14956, de 19/12/05.

Art. 6º Esta lei entra em vigor em 90 (noventa) dias após sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/02/10.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Importante ressaltar que enquanto aguardam nas filas as pessoas estão deixando de realizar outras atividades, ou sejam os trabalhadores deixam de produzir, os comerciantes e empresários abandonam seus estabelecimentos aos cuidados de outrem que, certamente, não os administra com o mesmo zelo. A situação, que vem se agravando, dia a dia, com prejuízo da população e saliente-se, ainda, que a população, por falta de informação do que está acontecendo, angustiada com prejuízos que sofre, por vezes volta-se contra quem de maneira alguma é responsável pela situação, ou seja, os servidores e funcionários com o entendimento de que a demora deve-se à incompetência dos mesmos.

Na verdade, esses trabalhadores são submetidos à jornada extraordinária, na maioria das vezes, sem receber a devida remuneração, não possui horário adequado para refeições, além, é lógico, da sobrecarga de trabalho, em razão do reduzido quadro de servidores e funcionários.

PROJETO DE LEI Nº 037/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As concessionárias de energia elétrica, água e esgoto do Estado do Paraná, compensarão a taxa de consumo mínimo cobrado dos usuários com base no custo de disponibilização e manutenção do serviço.

Art. 2º A diferença do consumo entre aferido abaixo do consumo mínimo e o consumo mínimo constitui um crédito para compensação, com validade 12 meses para utilização contada da aferição.

Art. 3º O usuário que consumir acima da taxa de consumo mínimo e possua créditos constituídos na forma disposta do artigo 2º, é compensado com o abatimento do crédito mais antigo até o limite da taxa de consumo mínimo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10/02/10.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Houve muitos projetos de lei, manifestações, inclusive ações perante o Judiciário contra a taxa mínima de consumo das concessionárias de serviço público com a justificativa de custear a disponibilização e manutenção do serviço, porém, essa cobrança é constitucional e não pode ser eliminada porque a cobrança está embasada em leis constitucionais e a fixação de valores mínimos de consumo visa, entre outros, custear a manutenção do sistema de fornecimento, cujo serviço é oferecido de forma continuada.

Mas a compensação da diferença entre o consumo efetivado e o mínimo legal não é vedada, pois mesmo que haja um abatimento pelo critério constituído anteriormente pelo usuário, esse abatimento tem como limite a taxa de consumo mínimo, ou seja, as concessionárias de energia elétrica e água e esgoto ainda terão o faturamento mínimo para custear a disponibilidade e manutenção do serviço. Esta forma, não haverá prejuízo das concessionárias e haverá uma justiça social para a população.

PROJETO DE LEI Nº 038/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As pessoas jurídicas públicas e privadas são obrigadas a emitir e encaminhar ao consumidor declaração consolidada dos pagamentos efetuados durante o ano fiscal.

Art. 2º O ano fiscal compreende os meses de janeiro a dezembro de cada ano, tendo como referência a data do vencimento da respectiva fatura.

Art. 3º A declaração consolidada de pagamento deve ser encaminhada ao consumidor por ocasião do encaminhamento da fatura a vencer no mês de fevereiro do ano seguinte, podendo ser emitida em espaço da própria fatura.

Art. 4º O não cumprimento dos dispositivos desta lei sujeitará o infrator à pena de multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a ser cobrada pelo órgão competente do estado, em dobro em caso de reincidência, aplicada mediante processo administrativo e garantido o direito à ampla defesa.

Parágrafo Único. O valor da multa de que trata este artigo será atualizado, anualmente, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no

caso de extinção desse índice, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10/02/10.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A lei obriga as empresas públicas e privadas de emitir e enviar a seus consumidores uma declaração consolidada de pagamentos efetuados no ano anterior, desta forma o consumidor pode utilizar o documento para a Declaração do Imposto de Renda, para um planejamento financeiro ou a comprovação de um pagamento efetuado que esteja novamente sendo cobrado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo à palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Wilson Quinteiro.

Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que nos acompanham pela TV SINAL.

Levando-me para tratar de um assunto - para ser bem objetivo - que foi publicado hoje na Gazeta do Povo, relacionado à questão da comunidade indígena do Estado do Paraná. Todos nós paranaenses estamos acompanhando a grande dificuldade que passa o Estado do Paraná, com o Decreto nº 7056, de 2009, do Governo Federal, que de uma maneira mudou a estrutura da representação da FUNAI do Estado do Paraná. Tomando conhecimento, pelos jornais, que amanhã haverá uma audiência das comunidades dos representantes indígenas no Paraná com o Presidente da FUNAI.

Gostaria de chamar a atenção de toda a comunidade do Paraná ao que está efetivamente acontecendo. Os índios estão radicalizando na reivindicação, por conta da necessidade que têm de buscarem a oportunidade de continuar a representação no Paraná.

A minha questão, a ser levantada hoje pela Assembleia Legislativa do Estado, é no sentido de fazer um apelo aos Deputados Federais e aos Senadores do Paraná, para que acompanhem essa comunidade, porque tivemos fatos muito lamentáveis que aconteceram em Londrina, onde uma senhora foi atingida e está hospitalizada. Portanto, temos que tomar algumas precauções. Há a necessidade de uma representação da FUNAI aqui no Paraná, porque a comunidade indígena depende disso para que possa alcançar as suas necessidades.

Também gostaria de fazer uma grande referência ao Ministério Público. Fiz um ofício ao Ministério Público Federal, mas sei também que o Ministério Público Estadual do Paraná já fez um levantamento, junto

com a comunidade indígena, dessa questão. É evidente que o diálogo é a melhor solução. Mas é preciso sobretudo que a representação política, inclusive o Governo do Estado do Paraná possa intermediar, para que a comunidade indígena não permaneça sob uma coordenação distante, que é do Estado de Santa Catarina, quando sabemos que existem escritórios regionais da FUNAI em Curitiba, Londrina, Guarapuava e um núcleo de apoio em Paranaguá.

No dia de hoje, nesta Sessão, faço este apelo e pedido em defesa dessa questão importantíssima. Temos aproximadamente 14 mil índios no Estado do Paraná. É preciso que possamos ver um gesto do Governo do Estado do Paraná, dos Deputados Federais, dos Senadores da República, inclusive um escritório de representação do Governo do Paraná, para dar um acompanhamento. É verdade que há uma sensibilidade muito grande de todos os Deputados Estaduais aqui do Estado, que estão realmente preocupados com essa questão.

Fica o registro e o apelo para que possamos ter um acompanhamento e uma solução, porque a comunidade, indígena do Estado tem necessidade.

Levanto um outro ponto. Estive visitando Londrina na ocasião em que eles estavam lá na sede da FUNAI. A comunidade indígena merece atenção, porque passa por dificuldades no Estado do Paraná. São pessoas que dependem do amparo, da orientação e da estrutura do Governo Federal, e porque não dizer também do Governo Estadual em vários setores. É diferente a situação do indígena do Paraná e do indígena de outros Estados, porque dependem da agricultura. Portanto, é preciso que efetivamente o Governo possa dar esse amparo.

Então, faço esse registro para que os Senadores, e os Deputados Federais do Paraná principalmente, estejam atentos amanhã. E quem puder que acompanhe os Caciques, os representantes indígenas nessa audiência que haverá com o Presidente da FUNAI em benefício do Estado do Paraná, em benefício de toda comunidade indígena. E que efetivamente possa se tratar, de uma forma pacífica, a solução de um problema causado pelo decreto baixado pelo Governo Federal.

Muito obrigado e estaremos sempre acompanhando essa questão, porque é importantíssima no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Luiz Eduardo Cheida com a palavra.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Deputados.

Estou encaminhando um requerimento, aliás dois, ao egrégio Tribunal de Justiça, e peço a aprovação dos membros desta Casa.

Um deles solicita a interiorização do Tribunal de Justiça do Paraná.

O outro a criação de mais duas Varas Cíveis na Comarca de Londrina, seriam a 11ª e 12ª já autorizadas legalmente. Ocorre Sr. Presidente, como sabemos, a Constituição do Estado do Paraná previu, quando da sua elaboração, a criação dos Tribunais de Alçada no Paraná. mas, depois esses Tribunais foram fundidos com o Tribunal de Justiça e portanto deixaram de existir. A nossa proposta é da criação dos Tribunais do interior do Estado do Paraná. Obviamente isso não vai afetar, de modo algum, a centralização administrativa do Tribunal de Justiça.

Em outras palavras, o Tribunal de Justiça vai continuar da maneira que está, apenas descentralizando de suas ações, mantendo o controle, mantendo a fiscalização e, como disse, mantendo a administração.

Não se trata, portanto, de criar um novo Tribunal de Justiça no interior do Paraná. É óbvio que isso vai permitir uma série de realizações, porque uma coisa é uma Câmara do Tribunal de Justiça composta por um Desembargador que veio de Pato Branco, outro que veio de Paranaguá, de Umuarama, de realidades diferentes embora compondo uma mesma Câmara no Tribunal de Justiça. A outra coisa são os Juízes, futuros Desembargadores de uma determinada região, como propondo na região de Londrina, ali exercem a sua militância, o seu trabalho e terão muito mais acuidade quando da análise dos processos, quando da análise dos seus julgamentos.

Além da descentralização que hoje é norma, quantos e quantos foram os advogados que perderam a vida, vindos do interior para a Capital, porque tinham que chegar apressados defender alguma tese junto ao Tribunal de Justiça, o mesmo acontecendo com Juízes. Quantos e quantos dissabores isso já causou e quantas dificuldades temos ao vermos um Desembargador, muitas vezes demorando no julgamento de um processo que poderia ter uma celeridade maior.

Portanto, V. Exa. também é da nossa querida Londrina, gostaria que se somasse a nós para que pudéssemos ter êxito nesse encaminhamento. São dois requerimentos.

Aliás, vindo na segunda-feira para a Capital de Curitiba no caminho encontrei com o Dr. Elizandro, que é Presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em Londrina, o Dr. Wilson, Dr. Arthur Humberto e os três vinham para Curitiba justamente em audiência com o Desembargador, o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, o Desembargador Carlos Augusto Hoffman, pedir a ele mais uma vez que me parece uma diretriz da Ordem dos Advogados do Brasil, não só no Paraná mas em todo País, justamente a descentralização dessas Varas Cíveis e Criminais. Duas Cíveis já estão criadas em Londrina, só não foram implementadas. Mas queremos mais do que isso, a interiorização do Tribunal mantendo a sua centralização administrativa, mas descentralizando o julgamento dos processos.

Esperamos então a aquiescência desta Casa para que possamos avançar. Como outros Estados do País estão começando a fazer, que o Paraná não perca tempo e que saíamos vitoriosos nessa empreitada.

Antes de concluir, fazendo coro com o Deputado Wilson Quinteiro que falou da FUNAI, gostaria de externar a minha posição também da mesma forma. O Paraná tem três escritórios da FUNAI, 14 para 15 mil índios. Santa Catarina tem 1 mil e 500 índios. No entanto, o decreto presidencial quer retirar todos os escritórios do Paraná e manter no Sul do País um escritório ali em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Santa Catarina juntos não chegam a metade da população indígena do Paraná. É uma falha, um erro, uma inobservância que nós pedimos aqui ao Presidente da República, ao Presidente da FUNAI que possa rever o decreto; não é lei, é decreto, e fazer justiça com a população indígena do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dobrandino.

Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna e quero fazer o seguinte comentário: duas manchetes saíram na Gazeta do Povo nos últimos dias, que nos chamaram atenção, e não podemos ficar calados diante do que está acontecendo no nosso Brasil. Na segunda passada saiu a manchete: *Superfaturamento de quase R\$ 1 bilhão em obras de cerca de 10 aeroportos construídos pela INFRAERO*. Mais preciso, 997,8 milhões.

Ontem, na Gazeta do Povo, essa manchete com a foto do Presidente: *O Governo Federal não terá muita dificuldade para manter o seu veto, por que o Congresso, na verdade, é subserviente e apoiando o Presidente, ele poderá repassar cerca de 13 bilhões para as obras que tinham sido canceladas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Congresso Nacional*.

E como diz o Jocelito Canto nos seus discursos, aqui na Assembleia, essa bagatela, Jocelito, 13 bilhões.

Pergunto: Será que fica por isso mesmo? Alguém pode dizer: “É exagero”. Por isso, Sr. Presidente, para esclarecer, do Tribunal de Contas da União, a imprensa que está falando isso.

Quero dar os dos aqui de duas concorrências do Paraná, na minha Cidade de Foz do Iguaçu. Essa, temos documentos para comprovar. A Prefeitura de Foz, no final do Governo do Fernando Henrique conseguiu na União, no Ministério dos Transportes, recursos para a chamada duplicação da Rodovia das Cataratas, em Foz do Iguaçu, e o Contorno Oeste, que está para ser feito. Não foi feito ainda. A concorrência saiu num valor de 46 milhões. Aí era no final do mandato, anterior a esse que lá está, deixaram para que outro Prefeito começasse a

obra. Logo no início que era para começar as obras, um Deputado do Paraná denunciou e se envolveu nessa concorrência. Esse Deputado Federal, que tem como do seu partido o Ministro dos Transportes.

Cancelaram essa concorrência de 46 milhões. Abriam nova concorrência e ganhou a empresa de fora do Paraná, a empresa lá do Nordeste.

Pasme o senhor o que ocorreu: de 46 milhões a mesma obra pulou para 77 milhões. Ainda bem que o Tribunal de Contas da União mandou cancelar de novo. Espero que o Presidente Lula não tome a iniciativa de mandar tocar assim mesmo. Só para V. Exa. sabe que isso aqui é verdadeiro.

A segunda obra, lá em Foz do Iguaçu está desenhado, está na programação, no plano do Governo Federal de fazer uma reforma, uma melhoria no aeroporto de Foz do Iguaçu, o internacional.

A INFRAERO fez uma concorrência lá em Foz para fazer o projeto da reforma do aeroporto. Ganhou a empresa, o empresário de Foz do Iguaçu, o qual é secretário da Prefeitura de Foz, ganhou pela quantia de R\$ 1,5 milhão fazer o projeto.

Esse engenheiro estava na metade, segundo eles, do trabalho, e procurou a INFRAERO para receber. Qual foi a notícia? Que o convênio tinha sido cancelado.

Ele mandou a advogada para Brasília. A advogada é lá de Foz, ela foi a Brasília defender o contrato desse engenheiro, que para surpresa, um momento que lá na INFRAERO tinha o lobista do Estado do Ceará com uma "carrada" de processos de engenharia, e essa do Ceará ganhou por R\$ 2 milhões. Cancelaram aqueles 2 milhões e meio e o mesmo projeto esta lobista ganhou por R\$ 2 milhões. Para V. Exa. verem o que está acontecendo com o dinheiro por povo brasileiro.

Não posso, na verdade, deixar de manifestar isto, porque a indicação é muito grande. O que eu fico surpreso, e diria que se fôssemos nós, que fomos Prefeitos - estamos Cheida processos por coisas insignificante - se fôssemos nós, Deputados, estaríamos presos!

E lá em Brasília, será que esse dinheiro não é público? Aonde vamos parar? Aí vejo a imprensa dar um destaque com uma timidez muito grande, não nota a gravidade de um problema deste tamanho. Fica pensando: aonde vamos parar?

Vejo, agora, que a imprensa está dando destaque naquele episódio que também é gravíssimo lá do Governador de Brasília José Roberto Arruda, por causa do mensalão do Governo de Brasília, e isto é uma coisa indecente, mas pergunto: e o mensalão dos decretos do Congresso Nacional do Presidente Sarney? E o Mensalão do dinheiro da PETROBRÁS, que vai para uma Fundação do Presidente Sarney? Aí, como se diz, não se pode mexer porque são nossos aliados! É nosso companheiro.

Então, eu diria com tristeza que este nosso País, nosso Brasil está muito distante de se poder dizer que é um País sério. Tenho um respeito enorme pelos Deputados do PT, muitos deles são muito batalhadores, mas

lembro se isto fosse o Governo passado, imagino que o PT estaria cortando os pulsos no Congresso Nacional! E hoje isto tudo é normal. Não tem nenhum problema, pode acontecer. Como está acontecendo.

Diria hoje isto é normal. Não tem nenhum problema, pode acontecer. Como está acontecendo.

Diria que a imprensa brasileira precisa dar ênfase numa matéria deste porte, onde o dinheiro público, numa quantidade destas, obras superfaturadas de mais de 13 bilhões, e o Governo libera como se não fosse nada, como se o dinheiro fosse dele. Do meu bolso, do seu bolso, do bolso do povo brasileiro. Isso pode? Isso que assusta? Lógico que assusta! Mas, para eles é normal, quando s vê em volta e quem está. O Presidente Sarney, Fernando Collor, Renam Calheiros, toda aquela gente, não podemos esperar nada diferente disso. É disso para pior.

Gostaria de deixar registrada nossa indignação, a insatisfação. Tanta gente neste Brasil afora sem condições de sobrevivência. Quando vemos pessoas que moram, naquelas encostas no Rio de Janeiro, lá em São Paulo, em vários Municípios brasileiros, aquelas encostas caindo, aquele povo morrendo porque não tem condições, e recursos como estes sendo colocados pelos empreiteiros, ladrões, levando dinheiro do povo.

Tem que se rever esta posição. Acho que este ano, ano de eleição, espero que o Brasil tome um rumo em direção, em favor do povo brasileiro. Não é possível continuarmos numa situação como esta. Tem muita gente boa neste Governo, mas é preciso que se mude o rumo das coisas. Do jeito que está indo, não dá mais para continuar, você pagando seus impostos e convivendo com tantas coisa erradas por aí afora. Falta remédios, falta moradia, não tem segurança, não tem dinheiro, e como é que tem dinheiro para esses obras superfaturadas?

Eu, na verdade, não concordo com essa situação. Acho que o Brasil precisa mudar e agora tem uma oportunidade, porque este ano é ano de eleição, mas que mude para melhor e que os recursos do povo brasileiro possam ser empregados para melhorar a vida do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Antonio Belinati.

Com a palavra.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Deputado Nelson Justus, membros da Mesa, Fernando Scanavaca e Jonas Guimarães, colegas Parlamentares e paranaenses que nos dão a honra de acompanhar as Sessões da Assembleia Legislativa através da Rede MERCOSUL e também através da TV SINAL.

A nossa equipe de trabalho, o Genar, o Gustavo, a Márcia, a Kely, têm sempre preparado com carinho as

mensagens que os paranaenses nos enviam através da internet. E recebo aqui da PEC, que é o subsídio da Polícia Militar, onde o Soldado Dekkers está até chamando de traidor quem não votar a favor da PEC do Subsídio para os policiais militares. Os policiais estão se movimentando, a maior parte através das esposas, e em Londrina a Vera, que foi Vereadora, organizou inclusive uma caravana, que esteve em Brasília, junto com policiais de várias regiões do Paraná.

São duas PECs. Tem uma PEC em Brasília, para estabelecer um piso salarial para o policial para todo o Brasil de R\$ 4mil e 500. Não é muito, porque em cima de R\$ 4 mil e 500 tem Imposto de Renda, tem uma série de descontos, e o policial, que coloca permanentemente a sua vida em perigo, não vai ficar rico ou milionário com esse salário de policial, ainda que se conquiste esse piso.

Tomara que o Congresso Nacional abra os olhos para a necessidade de ajudar os policiais fazendo a parte deles e nós aqui fazendo a nossa parte, porque é nossa obrigação ajudar os policiais militares aprovando a PEC do Subsídio, ajudar o policial militar, o policial bombeiro, ajudar a Polícia Civil através do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, ajudar os servidores da área da Saúde do Paraná com o PCCV que eles estão pleiteando, que esta Casa pode aprovar.

É o último ano do mandato dos Parlamentares desta legislatura, é hora de expressarmos a gratidão ao policial militar, ao policial civil, ao servidor da Saúde, ao professor, aos servidores públicos, aos servidores da Assembleia Legislativa dando um salário humano e digno. Quando o servidor ganha bem, ele rende muito mais no trabalho.

Recebo também do Cabo Roberto, que diz: *Reação nos quartéis em favor da PEC nº 300. Policiais militares e bombeiros prometem ações contra a população e até greve, como pressão, para aprovar a emenda constitucional que estabelece o piso nacional de R\$ 4 mil e 500.* É uma revelação pesada e contundente para pressionar a aprovação dessa PEC.

Não sei porquê todos os segmentos têm direito a fazer greve. Tem político que faz greve o mandato inteiro porque não trabalha tempo nenhum do mandato, mas se eleger e vira um parasita. E homenageando também os políticos decentes e dignos, que dedicam a sua vida, fazem o melhor pelo nosso povo.

Então, agora ficamos sem entender porquê o policial militar não pode fazer greve. Esse é um sistema ainda do tempo da ditadura. Mas podendo ou não, legal ou não, diz aqui o Cabo Roberto, que os policiais militares e os bombeiros prometem ações contra a população e até prometem fazer greve, como pressão, para aprovar a emenda constitucional, que é a que estabelece o piso de R\$ 4 mil e 500 para os policiais militares.

Imaginem, os policiais trabalhando, a bandidagem já está aí infernizando a vida da população, estão armados até onde não pode, alguns bandidos andam de metralhadora, fuzil, granadas, um ou outro usando até

helicóptero, usando até avião, usando automóvel de último tipo. Então, agora imaginem se a Polícia entrar em greve aqui, o que vai ser deste País? Vai ser um tal de salva-se quem puder.

Para que isso não aconteça - estou entendendo que o policial não quer fazer greve, ele quer apenas que essa PEC seja aprovada - então o nosso apelo aos Deputados e Senadores para que aprovem a PEC nº 300 em Brasília, e que nós aqui nesta Casa, que somos Deputados Estaduais, aprovemos a PEC do Subsídio, que é um direito que já está garantido na Constituição. Os policiais merecem.

Minha amiga Cleonice Crepaudi, de Londrina, manda um texto carinhoso.

E tenho do Celso Luiz Johnsson. Ele mora no Jardim Samambaia em Paranaguá:

Olá Deputado Belinati. Senti firmeza em seu discurso de pessoa honrada e que age com soluções para o povo. Digo isto pois assisti pela TV SINAL você em plenário. Deputado, venho participando da política há algum tempo, tentei a vereança em 2004 mas não consegui; mas mesmo assim não paro, pois luto por minha Cidade e principalmente por meu bairro, com serviços comunitários. Sou arte-educador nas escolas integrais aqui da Cidade, artista plástico, inventor e artesão, tenho um projeto chamado Bolha Mágica, onde ensino para as crianças as palavras mágicas: muito obrigado, por favor com licença. Também ensino o respeito mútuo entre as pessoas, o respeito nas escolas com os professores, com seus amiguinhos, o respeito com o meio ambiente, cidadania enfim, ensino tudo para que tenhamos pessoas boas no futuro. Tudo isto que ensino para as crianças eu faço com o manuseio de bolinhas de sabão onde as crianças ficam hipnotizadas com a beleza das bolhas de sabão e o importante é que elas gravam em suas cabecinhas os ensinamentos. Deputado, sou o recordista da maior bola de sabão do Brasil pelo Rank Brasil, o livro dos recordes do Brasil; já estive na Band São Paulo no programa Raul Gil, no programa Dia a Dia, na Band Curitiba, no programa Agito Geral, na Record de São Paulo programa da Eliana, na Globo Rio Projak, no Circo Moscou, Circo Hermano Ayres, em Faxinal do Céu, no SESI, na TV Serra do Mar da Rede Massa aqui de Paranaguá e vários lugares apresentando este show para todas as idades. Venho aqui por meio desta mensagem ver se não há possibilidade do digníssimo Deputado Belinati conseguir colocar este projeto nas escolas do Paraná. Estou correndo atrás de patrocínio mas é difícil, pois este projeto tem despesas que são pequenas; mas vale a pena pois ajudo na educação infantil. Vão aí algumas fotos. Desde já muito obrigado e estou a disposição.

Quero dizer a esse cidadão, Celso Luiz Johnsson: parabéns. Coisa maravilhosa, artista plástico dotado de grandes talentos. Entre em contato, venha nos visitar aqui na Assembleia Legislativa passando a semana do Carnaval e vamos a esse assunto sobre o Projeto Bolha Mágica.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

E-mail da Luzia Fernandes:

Sr. Deputado. Foi maravilhosa a sensação de ter meus e-mails lidos pelo senhor, sua plateia de amigos políticos. Isso é honra demais para uma simples professora como eu, não pode imaginar o quanto fiquei feliz. Acredito cada vez mais que o senhor é um Deputado como poucos neste País, acata opiniões, valoriza as pessoas, falta muito isso aos políticos do Brasil, acatar a opinião do povo. Os políticos são eleitos para representar o povo de um Estado, de um País, e não para desnortear o ideal de uma sociedade. Vou lhe fazer um convite bem especial: espero que o senhor venha conhecer a escola onde trabalho, na Cidade de Marilena, Escola Municipal Naymi Abrão Nasser. Trabalho no período da tarde. Vou ser a professora mais realizada da escola. Será que posso contar com essa possibilidade um dia Sr. Belinati? Me perdoe se às vezes sou muito ousada! É que tenho um carinho muito especial pelo senhor, sabe! Abraços. Professora Luzia Fernandes de Souza.

Ler os e-mails é uma obrigação, que fazemos com grande prazer.

Recebi o material sobre a pesquisa para Governador no Paraná. Se Deus me der vida e saúde vou ser candidato a Deputado Estadual. Saimos eu e o Deputado Marcelo Rangel na pesquisa espontânea para Governador do Paraná, e não tenho a menor intenção de ser candidato a Governador. É lógico que é um percentual insignificante, 0,2%, mas curiosamente saí com o dobro dos votos do Governador Jaime Lerner. Quero agradecer essas pessoas que, na pesquisa espontânea, manifestaram que gostariam de me ver como Governador do Paraná. Essa tarefa agora é para outras pessoas. A disputa está intensa até para Presidência da República.

Estou vendo aqui o jornal Gazeta do Povo: *Bate-boca entre PSDB e PT contamina Ciro, contamina Marina e o Congresso.*

Agora, Deputado Anibelli V. Exa que é filho de um saudoso político deste Paraná, pergunto: ao invés dos políticos estarem discutindo interesses pessoais, não era melhor discutirem alguma ação concreta para acabar com essa violência que aprova o povo do campo, da Cidade, o empresário, o aposentado, as famílias de um modo geral? Ao invés de discutir suas vaidades pessoais, discutirem como melhorar a Saúde Pública no Paraná? Como resolver este problema que está aqui no jornal: *Êxodo de pequenos produtores chega a 17% na Região Oeste aqui do Paraná.* Aqui no Jornal Paraná: *Desemprego bate recorde.* Oficialmente tem 1 milhão e 700 mil desempregados. Não era melhor discutir como melhorar a Saúde, como arranjar emprego para o povo, a vida do aposentado, ajudar o agricultor, o empresário, os trabalhadores?

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Agradeço as palavras elogiosas ao meu pai e à minha vida. O que fazemos? Damos exemplo ao Brasil com o Governador Roberto Requião. Aumenta o salário-mínimo, o melhor do Brasil e o maior; o aumento do emprego; a construção de 47 hospitais. Este Governo do Paraná serve de exemplo para o Brasil.

V. Exa. se enquadra, foi meu companheiro no MDB em 1974, eleito Deputado Estadual, e fez 150 mil votos. Como é diferente a política do Estado e a de Brasília. Diz que hoje, para liberar recurso, é 20% mais cara a propina e a corrupção que na ditadura militar. V. Exa. lembra bem disso!

O Governador Roberto Requião hoje fez um elogio ao Presidente Nelson Justus. Disse que o exemplo do DEM no Paraná é o Presidente Nelson Justus. Porque o DEM de Brasília envergonha o País num nome de sigla tão tradicional do PFL, do PPS, da Arena.

Na época do MDB, a Arena construiu, estivemos lá em Brasília e convivemos com políticos como Djalma Marinho, Nelson Marchezan, enfim, políticos da melhor estirpe deste País, cabeças pensantes, como Ulysses, como Tancredo, convivemos com eles.

Então, vemos essa política da imprensa, a maioria bem subvencionada, fazendo elogio a essa briga. Temos que trabalhar, V. Exa. tem razão. Temos que melhorar os salários, trabalhando, melhorando condições para que a população possa viver em paz, com segurança, com trabalho, com família.

Parabéns a V. Exa. e obrigado pelo aparte.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Agradeço muito, Deputado Anibelli, grande líder político do Paraná.

Temos aqui: *Ministro da Justiça admite impunidade generalizada no Brasil.* É bom lembrar que o Sr. Tarso Genro ficou, se não me engano, quase sete anos no Governo e também não conseguiu resolver esse problema da impunidade. E para terminar, Presidente Nelson Justus, somos Deputados Estaduais, não temos poder de tomar medidas de esfera federal, mas tem saído na imprensa que aquele Presidente maluco do Irã, que agora está mandando enforcar, matar nove que fizeram protesto contra o Governo dele, quer fazer um enriquecimento de urânio aqui no Brasil. Para quem não sabe, esse urânio vai ser usado para fabricar a bomba atômica.

Certa ocasião, aviões americanos sobrevoaram duas Cidades do Japão, Hiroshima e Nagasaki, soltaram as bombas atômicas e mataram milhares e milhares de pessoas, mataram quase toda a população de Hiroshima e Nagasaki.

Então, quero lembrar que o Brasil é um País temente a Deus, que a nossa formação é de paz e respeito ao direito à vida. Se esse maluco Presidente do Irã quer fabricar a bomba atômica para matar, para destruir, que ele vá fazer isso em outro canto do planeta, mas não aqui, numa terra abençoada por Deus, que é o nosso Brasil,

porque aqui nossa formação é de temer a Deus e amar a vida, amar o nosso próximo. Nós brasileiros não queremos a guerra, não queremos a bomba atômica, mas queremos a paz, o amor entre todos os povos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, me traz a esta tribuna uma informação, uma notícia que ganhou espaço nos meios políticos no Estado do Paraná. Uma matéria em um dos jornais do nosso Estado traz a seguinte manchete: *O DEM - Partido Democratas, está decidido: abandona a aliança e apoia Osmar Dias. O Presidente Nacional do Democratas, Deputado Rodrigo Maia, e o Deputado ACM Neto, Líder do Partido na Câmara Federal, vão levar, hoje, ao Governador José Serra, a informação de que o candidato a Governador que a legenda apoiará no Paraná chama-se Osmar Dias, PDT. A notícia foi transmitida às 20h30 min de ontem a esta coluna, que também foi confirmada ao Senador.*

Quando vi essa matéria, na manhã de hoje, fiquei surpreso pelo Diretório Nacional, de acordo com isso que está aqui escrito, estar tomando uma dianteira das decisões que um partido democraticamente tem que ter, decisão esta que é oficializada lá na convenção, que acontece no mês de junho. Lá sim é o fórum para a decisão de qual é a linha e qual é o lado que o partido vai tomar. Mas, quando eu vi, me preocupei.

Temos no Democratas Deputados que fazem parte do Diretório Nacional e da Comissão Executiva do partido. A eles eu liguei, ao Deputado Alcení Guerra e ao Deputado Eduardo Sciarra, eles procuraram o Rodrigo Maia, Presidente do partido, e o ACM Neto, e a informação que eles passaram a esses dois Deputados paranaenses não condiz com essa notícia que foi publicada e divulgada no nosso Estado do Paraná. Primeiro, tanto Rodrigo Maia quanto ACM Neto não têm reunião no dia de hoje com o José Serra; eles estão em Brasília, e o José Serra está no Estado de São Paulo. Então, isso mostra, com clareza, que essa posição que foi divulgada, repito, não condiz com a realidade.

O que mais me surpreendeu é o Presidente do meu partido, Deputado Abelardo Lupion, que quero aqui deixar claro, não tem autorização da Comissão Executiva - porque em reunião foi decidido - de falar em nome do partido; ele tem autorização para falar em nome dele, como foi o acordo firmado que nós, os Deputados Estaduais, lá estávamos na reunião da Comissão Executiva e que ficou decidido: ninguém fala em nome da sigla, podemos falar, sim, na posição individual de cada um. E vejo aqui ele defendendo uma aliança com o PDT,

mesmo que o PDT leve o PT de vice para o Governo do Estado do Paraná. Isso me surpreendeu.

Não quero e não posso acreditar, em especial porque o Deputado Lupion é um defensor dos produtores rurais do Estado do Paraná, ele é membro da UDR, é um dos maiores líderes da Bancada Ruralista em Brasília. E quando vejo-o com a divulgação que você vai fazer parte de um palanque do Partido dos Trabalhadores, partido esse que fazemos oposição na esfera federal, isso me trouxe uma grande surpresa. Vou falar com ele. Mas não posso acreditar que ele esteja defendendo uma aliança nessa linha, onde ele terá que, caso o partido decida, estar no mesmo palanque da candidata do Partido dos Trabalhadores. E, na continuação, ele mesmo, o Lupion, deixa claro aqui que tudo isso vai ser decidido em uma reunião a ser feita no futuro para discutir a linha que o partido tomará.

Quero deixar claro, até trouxe aqui a moção, o manifesto que a Bancada Estadual, que é composta por cinco Deputados, e quatro desses Deputados apoiaram essa linha, que defende a aliança com o PSDB, partido esse que fará aliança com o nosso, em Brasília, para Presidente da República, e aqui no Estado do Paraná defendemos essa mesma aliança e defendemos os quatro Deputados Estaduais que firmaram assinatura nesse manifesto.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

E esses quatro Deputados que firmaram defendem e apoiam a candidatura do Prefeito de Curitiba, o Beto Richa, para Governador do Estado do Paraná, seguindo uma mesma linha ideológica, linha de pensamento. E teremos - essa é a minha vontade pessoal - no José Serra, o nosso candidato a Presidente da República. E teremos para Governador do Estado - também sendo a minha vontade - o Beto Richa, e uma aliança com o Democratas e outros partidos que vão somar-se nessa linha e nessa corrente que vai ter depois das convenções à candidatura do PSDB esperando que tudo isso possa acontecer com o Beto Richa.

Uma outra questão que se discute muito é um tal acordo que foi feito dizendo que um tem que apoiar o outro. Eu desconheço qualquer acordo. Pessoalmente não participei de reunião nenhuma do nosso partido que se firmou acordo de o Beto não poder disputar ou vice-versa. Desconheço e não sou só eu que estou falando, o Presidente do PPS, Rubens Bueno, já há alguns meses também firmou que ele participou de todas as reuniões onde o Beto Richa esteve presente, os representantes do PDT, do Democratas, e em nenhuma delas o Rubens Bueno escutou qualquer acordo que viesse a ser feito.

Então, isso parece que é um instrumento que está sendo usado para tentar pressionar a decisão que está prestes a acontecer.

Eu queria deixar clara a posição - não posso lhe trazer um manifesto - que o Democratas têm 10 Parlamentares, cinco federais e cinco estaduais. Dos 10 Parlamentares, quatro estaduais defendem a linha da aliança com o PSDB e a candidatura do Beto Richa; dos federais tem três que já se posicionaram e eles defendem a linha e a coligação com o PSDB e com o Beto Richa para Governador.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

É importante a abordagem e a discussão que V. Exa. traz do futuro do Estado do Paraná. Nós do PPS e o próprio Democratas sempre trabalhamos, embora possamos ter dentro do grupo um que prefira A e outro B, e a nossa luta continua ainda sendo pela manutenção da aliança, que teve o próprio Osmar Dias, que foi uma vez candidato a Governador; o Beto Richa, em Curitiba, foi candidato a Prefeito; vários partidos se uniram para que ele pudesse ter essa votação expressiva e não apenas por ele. É claro que ele foi o candidato, mas antes disso houve uma grande articulação com vários partidos políticos, deixaram de lançar candidatos na Prefeitura de Curitiba para que ele pudesse ter esse respaldo eleitoral que teve, como sendo o Prefeito com a maior votação das Capitais do Brasil.

O que lutamos é pela manutenção da aliança. Tenho certeza que se conseguirmos isso entre o PPS, PSDB, PDT, PP e outros partidos, será uma aliança vitoriosa, e quem vai ganhar será o povo do Paraná. Nós ainda, do PPS, continuamos trabalhando pela manutenção da aliança.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço o seu pronunciamento.

Dizer do maior respeito que tenho, e todos nós Parlamentares integrantes do Democratas, pelo Senador Osmar Dias. Mas quando há disputa tem que se ter posição e ela foi tomada. Eu pessoalmente tomei, os Deputados Nelson Justus, Durval, Osmar Bertoldi, enfim, cada um tomou a sua posição, que tem que ser respeitada. A posição que tomamos é pela candidatura e aliança do PSDB. Deixamos claro que temos a preferência e estamos dizendo qual é: a candidatura do Beto Richa ao Governo do Estado do Paraná. Esperamos que a aliança do passado possa ser mantida, só que pelo procedimento e pelo andar desse período pré-eleitoral está se encaminhando para uma discussão de uma possível disputa.

Nós, do Democratas, estamos tomando aqui essa posição, repito, uma posição individual, que tem que ser respeitada. Se o Presidente do nosso partido tem uma posição pessoal dele, ele tem o direito de tê-la, mas em nome do partido, não. Porque nós, em uma reunião, deliberamos no partido que ninguémalaria em nome da sigla. Esta conversa que tomou o dia de hoje, que o diretório nacional estava tomando uma decisão pelo diretório

estadual, não é correta, porque o fórum para se deliberar é a convenção do partido. Lá na frente decidiremos, e não em uma conversa de cima para baixo.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Cumprimentar o Deputado Plauto, Líder da Bancada do Democratas aqui na Assembleia.

Dizer que o nosso partido, como qualquer outro do nosso Estado, que tenha o seu registro definitivo junto ao TSE, tem a legitimidade de buscar o seu espaço até o lançamento de suas candidaturas.

Deixar bem clara a minha posição, já que V. Exa. foi à tribuna e disse que são cinco Deputados, e a imprensa e o Paraná inteiro sabem que o único Deputado que não assinou essa carta foi o Elio Rusch. Justifico neste momento, que jamais iria trazer isso aqui na tribuna da Casa, neste plenário, porque é uma questão política, interna nossa. Em primeiro lugar, o Democratas não tem nem candidato ao Governo. Temos um pré-candidato ao Senado. Isso foi aprovado dentro do nosso diretório, dentro da Executiva, onde foi dito que cada um tem o direito de buscar o seu espaço e expressar a sua opinião. Acho que isso está acontecendo.

Eu, como Deputado, secretário do partido, amigo do Prefeito Beto Richa - aliás, quem o projetou foi o PFL, em 2002, e é bom que se diga, em uma convenção memorável que realizamos no Madalosso, quando o PFL tinha um único candidato ao Governo do Estado. Derrotamos o Rafael Greca para ficar com o Beto Richa ao Governo do Estado. Nós o apoiamos e foi nessa eleição que o hoje Prefeito, Beto Richa, se projetou no Estado do Paraná inteiro, graças ao PFL. E o PFL, hoje Democratas, junto com o PPS, PDT, PSDB, realizaram as reuniões em 2008 para que fizéssemos uma composição ao Governo do Estado para evitar levar a eleição para o segundo turno. Tínhamos um pré-candidato. Quem era? Era o Osmar Bertoldi. O PPS tinha um pré-candidato à Prefeitura. Quem era? Rubens Bueno. O PDT tinha o seu pré-candidato. Ninguém lançou candidato e se uniu todo mundo em torno do Beto, porque é nosso amigo e nós entendíamos que era o melhor caminho para ganhar as eleições.

E a minha convicção como Deputado, como dirigente partidário e como Líder da Oposição, hoje aqui na Assembleia, temos na Bancada da Oposição Deputados que são adeptos à candidatura do Osmar Dias, como também do Beto Richa. O que tenho pregado a vida inteira? A unidade desse grupo. E continuo pregando. Continuo acreditando na unidade da Oposição no Estado do Paraná, para que possamos vencer a eleição. Não temos nos manifestado em momento nenhum a favor de um ou de outro candidato. Isso tenho deixado muito claro. Tem que ser mantida a unidade do partido. É lógico que se você não mantém a unidade do grupo político que esteve junto em 2006 e 2008, haverá uma divisão. E o grande vitorioso disso será o PT a nível nacional, que é o nosso

adversário em comum. Tanto do Democratas como do PSDB, PPS. Esses três partidos, em nível nacional, já estão coligados. Aliás, o Democratas hoje, PFL ontem, foi o primeiro aliado do PSDB em nível nacional. Devemos brigar pela unidade dessa coligação, mas se continuar esse tiroteio que existe hoje, das pessoas que os cercam, o que vai acontecer? É inevitável a disputa, que será muito triste para a Oposição no Estado do Paraná.

Por isso, agradeço o aparte, não assinei esse ofício, essa carta, pelo simples motivo da unidade do nosso grupo. Se for o Beto Richa escolhido, excelente; se for o Osmar Dias, excelente; todas essas lideranças estavam com o Beto Richa em 2008 e estavam com o Osmar Dias em 2006.

Então, o que falta? É o ajuste. Lamento profundamente por usar o espaço numa Sessão pública da Assembleia Legislativa para fazer essas considerações, para que não venham colocar palavras na boca do Elio Rusch. Sou do grupo, sou da unidade, independente de quem seja candidato. O que queremos é vencer as eleições.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. vai conceder o aparte ao Deputado Bertoldi? Espero que seja rápido, por gentileza, porque estamos no horário da Liderança do Democratas discutindo um assunto que deveria ser discutido no Democratas.

Aliás, Deputado Elio Rusch, não se pode falar em unidade quando escutamos o que o Presidente do nosso partido falou na rádio hoje, e o que o excelente jornalista Celso Nascimento reproduziu. E tudo o que ele falou é verdade. Não se pode falar em unidade ao se ouvir aquilo que se ouviu do Presidente do Democratas. Se tivermos de ouvir o que pensa o Deputado, o Senador da Bahia ou o Senador, também democrata, de Brasília, só falta termos que ouvir o Barack Obama e Bill Clinton, que também são democratas, para saber o que é melhor para a nossa Cidade, para o nosso Estado. Os paranaenses sabem o que é melhor para o nosso Estado; não precisamos ouvir ninguém de fora.

Com a palavra, Deputado Osmar Bertoldi.

O Sr. Osmar Bertoldi (DEM)

Queria só manifestar a minha tristeza de levar a público isso tudo. Teve uma reunião em que combinamos de não levar a público e cada um não daria a sua opinião pessoal. Então, me sinto na obrigação de me manifestar, que eu como pessoa, como Deputado, estou com o Prefeito Beto Richa, o PSDB, nesse grande projeto para o Estado do Paraná. E mais, peguei meu diretório, do qual sou Presidente, que é o diretório de Curitiba, o maior diretório de todos do Estado do Paraná, e comecei a fazer conta dos 42 votos na convenção. Temos 39 dos votos pró-PSDB, essa grande coligação. Só não temos 100%, porque é claro que o Presidente do partido, o seu filho e um dos seus assessores são filiados junto ao diretório municipal.

Obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço pela sua posição. E o Deputado Elio Rusch, meu amigo do partido e amigo pessoal, como os demais Deputados desta Casa, em especial os democratas, é a sua posição e ela tem que ser respeitada. Mas vivemos um momento de tomada de posição, onde as posições antagônicas, a preferência de cada um, acaba se tornando debate e infelizmente tornou-se público.

Está registrada a minha posição, aquilo que penso e tudo aquilo que o nosso partido firmou de entendimento em reuniões anteriores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra à Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de inicialmente pedir o apoio dos nobres Parlamentares para um projeto de minha autoria que está em pauta nesta tarde. O projeto que coloca a presença de nutricionista nas escolas públicas do nosso Estado. Gostaria desde já de pedir o apoio, é um projeto importante para o nosso Estado e com certeza vai dar uma qualidade de vida melhor a todos os jovens, crianças e adultos que estudam nos colégios do nosso Estado do Paraná.

Também faço uso da tribuna para registrar aqui que exatamente há 30 anos atrás, no dia 10 de fevereiro de 1980, surgia o Partido dos Trabalhadores. Exatamente há três décadas atrás foi fundado o Partido dos Trabalhadores, partido que tem a sua origem no movimento popular, no movimento sindical, nas comunidades de base, um partido que surge como um instrumento na defesa dos direitos sociais, do direito dos trabalhadores.

O PT, quando surgiu, por muito tempo enfrentou muitas dificuldades. A dificuldade de se credenciar na nossa sociedade, de fazer com que o povo entendesse quais eram os princípios desse partido e o que esse partido poderia fazer para mudar o nosso País. E quando surgiu, desde que se começou a pensar no Partido dos Trabalhadores, suas primeiras discussões sempre tiveram como princípio uma sociedade justa e igualitária. E isso o PT levou por mais de 20 anos, quando conseguiu chegar à Presidência da República e quando o Presidente Lula consegue implantar várias ações e projetos que realmente estão mudando o nosso Brasil. Só não vê isso realmente quem nunca passou por dificuldade na vida. Porque o povo brasileiro, a maioria sabe que por muitos anos o Brasil foi explorado, foi administrado por pessoas que implantaram o projeto neoliberal. Nesse projeto promoveram um verdadeiro desmonte do patrimônio público, onde cresceu a desigualdade social, crescia o desemprego, o salário-mínimo não era valorizado, o real não tinha valor algum.

Aliás, se compararmos o valor do salário-mínimo - o Deputado Jocelito falava isso outro dia - na época do Governo FHC era de 50, US\$ 60. Hoje o salário-mínimo chega próximo a US\$ 300. Essa já era uma promessa do Presidente Lula de elevar, no mínimo, o salário-mínimo para US\$ 100. Hoje sentimos a valorização do real, a valorização de compra, do poder aquisitivo. Hoje um aumento do poder aquisitivo, melhor dizendo, com o salário-mínimo de hoje, com a valorização do real.

Hoje tem programas de habitação, que fazem com que os sonhos de milhares de brasileiros possam se tornar realidade. Hoje tem investimentos na Educação, onde os jovens, de uma maneira especial, estão tendo oportunidade e fazer um curso superior. Temos investimentos na Saúde, Luz para Todos, para que as pessoas que não tinham energia elétrica em casa hoje tenham essa oportunidade. São inúmeras ações que o Governo Lula implantou, o Governo do PT implantou no nosso País. Mudou realmente a cara do Brasil.

Aqui falo com muito orgulho, sou petista desde o surgimento do PT na minha Cidade de Francisco Beltrão no ano de 1986. Tenho muito orgulho de pertencer a esse partido que está fazendo do Brasil um País com mais igualdade social.

Tenho certeza que assim pensam os nossos dois Vereadores que estão aqui acompanhando esta Sessão. Tenho certeza que assim pensam milhares de brasileiros que hoje estão tendo um pouco de oportunidade de ter orgulho também de serem brasileiros, porque estão tendo voz, estão tendo vez.

É com muita alegria que registro aqui que o PT está fazendo 30 anos e está de parabéns, porque esses 30 anos estão sendo dedicados ao povo brasileiro, que agora realmente está sendo respeito.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

O Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

Tenho ouvido falarem bastante sobre Saúde e Segurança no Estado do Paraná. Áreas que foram, com muito empenho e com muita aplicação de recursos, atacadas pelo Governo do Estado, na busca de se melhorar o atendimento, tanto na área de Saúde como na ampliação de vagas de penitenciárias, de concursos para policiais, áreas destacadas do Governo.

Gostaria, quando fala-se sobre Saúde, de mostrar que o Governo do Paraná, entre construções novas, ampliações e reformas, aplicou nesses dois anos de mandato do Governador Requião em aproximadamente 45, 46 unidades hospitalares. Só de construções novas, novas vagas, novas construções melhor dizendo, temos mais de

15, totalizando ampliações, reformas, melhorias, atingimos mais de 445.

Pois bem. Depois de muito tempo, e aqui Deputados da Região Sudoeste do Paraná conhecem a dificuldade que aquela região sempre teve de atendimento, principalmente de alta complexidade, onde nossos doentes constantemente são trazidos a Curitiba, levados a Cascavel para poderem ter um atendimento mais especializado, não há gabinete de Parlamentar que não tenha dois, três carros trabalhando na questão da Saúde. Não há Município do Paraná, na nossa Região Oeste, Sudoeste, Noroeste, Norte, que não tenha um ônibus para transportar doentes para outras regiões para atendimento.

Agora no dia 26 vamos inaugurar o hospital regional do Sudoeste do Paraná, uma construção gigantesca, com 12 mil 236m², com 140 leitos de internação, 20 leitos de UTI adulto, oito leitos de UTI neonatal, dois leitos de pediatria, especialidades médicas de alta complexidade em praticamente todas as áreas. Um hospital construído com recursos exclusivos do Governo do Estado, com aplicação de quase R\$ 20 milhões, com direção administrativa, com corpo clínico, com funcionários, com enfermeiros, todos concursados. O hospital tem hoje aproximadamente 700 funcionários concursados, contratados pelo Poder Público. Portanto, um hospital que vai atender exclusiva e gratuitamente a população da nossa Região Oeste, Sudoeste e do nosso Estado do Paraná quando necessário for.

Importante destacar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o Governo do Estado, entendendo a necessidade de aumentar a oferta de atendimento hospitalar gratuito para a população, não retirou um AIH sequer dos hospitais particulares, hospitais privados. E poderia fazê-lo. Poderia estar atendendo, nenhum hospital público através das AIHs dos Municípios. Pelo contrário.

Amanhã, sexta-feira, estaremos em Francisco Beltrão assinando convênio com dois hospitais aumentando a sua capacidade de atendimento da população regional. E no dia 26 inaugurando, portanto, esse extraordinário hospital regional do Sudoeste do Paraná, que leva o nome de um dos pioneiros de Francisco Beltrão, Dr. Valter Pecoits, numa homenagem que esta Casa, inclusive fez num projeto de lei, se não me falha a memória de autoria da Deputada Luciana Rafagnin ou do Deputado Ademar Traiano, para que esse hospital possa funcionar em defesa da saúde da nossa região e possa evitar que doentes que costumemente têm que se deslocar, ou para Cascavel, ou para Ponta Grossa, ou para Curitiba, para tentar atendimento de alta complexidade, possam ser atendidos na região.

Mas, não é esta região. Todas as regiões do Estado do Paraná têm hoje um hospital regional absolutamente público para atendimento dos nossos doentes.

Registro isto, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, porque muitas vezes ouço pronunciamentos falando sobre Saúde, porque tem filas, porque não atendem, porque não sei o quê. Vejo comentários generalizados, mui-

tas vezes da imprensa, falando sobre o setor Saúde do Estado do Paraná, que não é o ideal. Mas, inegavelmente a quantidade de oferta de serviço público no atendimento à Saúde do povo paranaense, seguramente tem que ser reconhecida. Haja visto que sem esta injeção de novos apoios aos hospitais privados do Estado do Paraná, na contratação de UTIs dos hospitais particulares, o hospital regional de Francisco Beltrão, só nesse hospital havia uma oferta de UTI maior do que toda a oferta existente na nossa região até o momento da sua construção. Isso vale a pena ser registrado, destacado e agradecido ao Governador do Estado do Paraná e à sua política de Saúde.

E o convite fica aqui para os Srs. Parlamentares, principalmente para os Deputados da região que queiram participar desse evento, que estejam presentes no dia 26 para a inauguração do hospital, porque acho que é uma grande conquista da Saúde na nossa região e no nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passa-se ao horário do Grande Expediente.

Primeiro orador, inscrito, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e senhores que estão nos acompanhando.

Estava vendo aqui, de camarote, o Deputado Plauto fazendo um pronunciamento, seguido de um aparte do Deputado Elio Rusch e depois dos demais Deputados, e comecei a fazer uma análise de quem são os candidatos que estão aí à sucessão do atual Governo, e um detalhe me chamou a atenção. Temos quatro excelentes candidatos até o presente momento: de um lado temos o Osmar Dias, de outro lado o Pessuti, de outro lado o Beto Richa e de outro lado o Álvaro Dias. Feliz é o Paraná, porque tem quatro candidatos que são praticamente todos da mesma linha, são todos oriundos do velho MDB de guerra. É incrível, mas quem fez o Álvaro Dias foi o velho Richa; o Álvaro Dias lançou o Requião; o Requião por sua vez prepara agora o Pessuti; e o Beto Richa vem a ser filho do homem que lançou todos os demais.

Então, vejo às vezes falarem em ideologia partidária, mas isso é tudo papo furado, porque não há ideologia nenhuma, pois são todos do mesmo tamanho e da mesma plumagem. Aí a diferença vem no Lerner, que veio de um outro grupo, que se lançou como grande reformulador do mundo, pegou aquele momento de distração desse grupo, sagrou-se Governador por oito anos e não precisamos contar o que ele fez. Aí veio o PPS, que também é farinha do mesmo saco, porque o PPS também vem do Governo

o Álvaro Dias, o Sr. Rubens Bueno era um apadrinhado do Álvaro Dias e hoje tem ligações com o Beto Richa, é amigo com o Beto Richa.

Então, fazemos uma análise de tudo isso, percebemos que no Paraná qualquer um que ganhar vai ser a mesma coisa, porque não vai ter diferença nenhuma: se ganhar o Beto é do grupo, se ganhar Álvaro é do grupo, se ganhar o Pessuti é do grupo, se ganhar o Osmar é do grupo. Temos aqui, não é um conflito de ideologias, de DEM, de PSDB, de PMDB, todos os políticos aqui são todos oriundos da mesma linha. Então, não vai mudar nada, vamos ter algumas divergências.

Se você parar para perceber, Deputado Caíto, todo mundo que assume o cargo acha que é o “Rei da Cocada”. Acho que isso é normal no ser humano: quando cresce um pouquinho ele acha que é o “Rei da Cocada”. Isso aconteceu com o Álvaro, aconteceu com o Requião, com o Osmar está para acontecer também, com o Beto Richa também. Então, são todos lá do nosso MDB de guerra. O grande vitorioso de tudo isso nessa eleição é o MDB de guerra, aquele, Deputado Waldyr Pugliesi, que V. Exa. faz discursos maravilhosos aqui. O senhor conhece, nunca mudou, sempre esteve lá. Então tudo isso é o velho MDB de guerra ganhando as eleições.

Quem vai ganhar a eleição? O MDB de guerra. Porque são todos de lá. Um divergiu daqui, ou por interesse, ou porque aqui é mais fácil, mas tudo vem a ser o velho MDB de guerra, não é, Deputado Dobrandino?

Então, para debater um pouco mais aqui vemos que Beto Richa vem com sangue novo, Prefeito de Curitiba, bem preparado pela mídia, um grande apoio de um grupo ligado a Jaime Lerner, mas que também tem posição pessoal; um Pessuti que vem com o apoio do atual Governo, uma política mais ligada às pessoas mais simples; o Osmar que se submete agora a unir-se com o PT que ele sempre combateu, mas que a necessidade leva o cara a nadar: você está na água, começa a se afogar, se agarra no primeiro pau que aparecer, senão morre afogado. E o Osmar precisa ter um apoio para poder formalizar a sua candidatura, e ele busca o apoio de quem? Do PT, que tem quem? Tem o Lula, que é um grande cabo eleitoral, que ganhou duas vezes as eleições para o Requião.

Então, é natural que o Senador Osmar Dias possa, a partir desse momento, também buscar essa linha. E finalmente a candidatura do Álvaro Dias, quase 20 anos fora do Poder. Foi um excelente Governador também, fez um bom Governo no Paraná, fez coisas boas, mas aconteceu lá atrás, já passou, os cavalos já morreram e continua esse negócio. Um usa contra o outro e os cavalos continuam vivendo. Acho que foi um dos poucos erros do Álvaro Dias, lá atrás, e que até hoje ele paga. E hoje é um brilhante Senador da República em Brasília, não se submetendo a tantas corrupções para as próximas eleições. O MDB de guerra do Deputado Waldyr Pugliesi, que deve falar depois, porque ele se empolga e já vai subir aqui para fazer um belo pronunciamento. E nós gostamos de

ouvir, até porque o nosso líder, o nosso grande Waldyr Pugliesi, tem muito mais para contar do MDB do que eu. Eu sou apenas um aprendiz dessa história. Porque todos aqui, e o povo do Paraná está vendo, saiu o Richa, entrou o Álvaro; saiu o Álvaro, entrou o Requião; o Rubens tentou entrar mas não deixaram; Osmar Dias tentou. Agora, Lerner quebrou um ciclo, fez um Governo de oito anos, e eu não gosto nem de falar desse Governo, até porque o Governador escreveu um artigo ontem, e eu li. É uma pena que o Deputado Neivo Beraldin, que gosta de falar do BANESTADO, não tenha vindo responder esse artigo do Lerner aqui. Eu não sei, acho que o Neivo não leu esse artigo, o Lerner disse que o BANESTADO, com ele, foi o melhor BANESTADO da história do mundo. Mas acho que um dia o Neivo vai vir aqui falar o contrário.

Hoje li no twitter do Roberto Requião, perguntaram a ele sobre o artigo do Jaime Lerner e ele respondeu, com aquele seu jeito simpático: “Achei que o Lerner estava preso. Está condenado a nove anos de cadeia e só está livre porque conseguiu um recurso”.

Paraná é isso! É o velho MDB de guerra com quatro candidatos, um mais para Esquerda, outro mais para a Direita, mas é tudo MDB de guerra. E os candidatos que estão se apresentando são excelentes, cada um na sua linha. E vai ganhar o Paraná.

Mas, Deputado Neivo Beraldin, estou aguardando o seu pronunciamento sobre o artigo do Jaime Lerner.

V. Exa. deve fazer um pronunciamento para falar do BANESTADO. V. Exa. quase foi assassinado na CPI. Andava com segurança, colete à prova de bala. Lembrome bem disso. V. Exa. precisa responder o artigo do Jaime Lerner, que diz que o BANESTADO só foi alegria no seu Governo. V. Exa. como Presidente da CPI do BANESTADO, não pode engolir a seco. Mesmo que doa tem que responder!

Faria um apelo ao Deputado Péricles de Mello, para que concedesse o horário ao Deputado Waldyr Pugliesi, porque ele poderia dar uma aula para nós do que representam esses quatro candidatos, que são do velho MDB. A senhora que está em casa me assistindo, sabe que são todos ligados a todos. São todos oriundos do velho MDB de guerra. Vamos parar com esse negócio de ideologia. Com todo respeito pelos partidos, ideologia é o quê? É ganhar. A ideologia de todos é ganhar, é vencer as eleições, tomar o poder, ter um grupo para fazer o poder, é ganhar de novo, é reeleger, é fazer um mandato bom, é não cometer erros. Essa é a ideologia, que chama-se vencer. Essa é a ideia. Todos os candidatos que estão aí brigando, se debatendo, são todos oriundos do velho MDB de guerra.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apesar de discordar do Deputado Jocelito Canto, tenho que reconhecer que ele fez algumas observações interessantes, na verdade sobre a genealogia das nossas lideranças políticas que se defrontam nessa eleições. Discordo um pouco dessa análise, porque se pegarmos a Revolução Francesa, por exemplo, o processo social da Revolução acaba mudando as próprias lideranças. Robespierre, que foi o maior liberal contra a pena de morte, acabou implantando o grande terror na Revolução Francesa. E ainda combate o Danton, como traidor, e leva-o à guilhotina porque era contra o terror. Então, veja como o processo, apesar dessa genealogia, é mais complexo.

Discordo do senhor, também, quando fala como se governar fosse uma coisa puramente técnica. O senhor sabe que não é, o senhor governou Ponta Grossa, e apesar de sermos adversários, no discurso de posse elogiei algumas obras suas porque houve, sem dúvida nenhuma, uma inversão de valores na administração local, o reconhecimento das obras, os mais humildes citavam até a lógica dos bairros. Então, discordo. Acho que há muitas diferenças entre as lideranças que se defrontam nessas eleições. Eu mesmo, só existia MDB e ARENA, eu fui do MDB Jovem. Fui Vice-Presidente do MDB Jovem, em Ponta Grossa, antes de surgir a reforma política. Depois, participei da fundação do PT. Apesar dessas lideranças terem uma origem no PMDB, Deputado Jocelito, sabemos que algumas delas foram se aproximando de outros setores.

O Beto Richa, por exemplo, fomos Deputados por seis anos aqui, juntos. Ele foi mudando de posição, se aproximou do Lerner, defendeu posições neoliberais nesta Casa, diferente de outras candidaturas, como Pessuti, Requião. Então, apesar desses quatro terem origem no velho MDB, que era uma ampla frente, inclusive ideológica contra o regime militar, há muitas diferenças entre as candidaturas que vão se contrapor nesse processo eleitoral.

Venho a esta tribuna para falar do Partido dos Trabalhadores. A Deputada Luciana já falou sobre o PT, mas eu queria discorrer um pouco mais sobre o nosso partido, no dia em que o PT comemora 30 anos de existência. É uma coisa importante para mim, porque eu estava em São Paulo na fundação do PT. Éramos em 20 paranaenses no máximo. Peguei um ônibus na rodoviária de Ponta Grossa e fui, com a minha mulher, assinar o livro de fundação do PT. Foi um momento muito bonito, Deputado Waldyr. Estava lá o Mário Pedrosa, o Sérgio Buarque de Holanda, alguns atores de teatro reconhecidos, pessoas que tinham sido exiladas políticas que voltaram para o Brasil, aqui no Paraná o Vitório Sorotiuk e outros exilados. É um momento de um certo romantismo, de sonho de uma época da história do Brasil, da humanidade, que ainda existiam causas e utopias a serem defendidas. O Partido dos Trabalhadores nasceu de utopias muito fortes.

As vertentes que fundam o PT, em primeiro lugar, são aquelas lideranças de correntes de Esquerda, uma grande parte delas exiladas no regime militar, que tiveram que ficar fora do Brasil, inclusive ligadas à tendências comunistas, socialistas. Essas lideranças, quando vão para fora do Brasil, passam a ter uma autocrítica, a conhecer do stalinismo do Leste Europeu, começam a tecer uma análise crítica do sistema socialista real, do processo real. Quando voltam para a fundação do PT, têm a ideia de criar o PT, já vêm com a ideia de um socialismo libertário, contra o burocratismo do Leste Europeu, o totalitarismo das sociedades que não tinham mais nenhum dinamismo interno. E essa é uma vertente que se liga àqueles que ficaram no Brasil, foram perseguidos.

O próprio José Dirceu ficou num autoexílio, aqui no Paraná, em Cruzeiro do Oeste, lá constituiu família com um outro nome - inclusive o filho dele hoje é candidato a Deputado Federal pelo PT e Prefeito de Cruzeiro do Oeste - depois ele vai a São Paulo, quando tem a anistia, para fundar o PT, e é uma dessas lideranças.

Podemos citar tantas outras lideranças, como as grandes lideranças estudantis do período contra o regime militar do AI-5, como Travassos, que morreu num acidente de carro; como Vladimir Palmeira, que continua militando no PT, no Rio de Janeiro.

Então, essa primeira corrente é muito importante. Depois, a corrente ligada à teologia da libertação da Igreja Católica, que é um momento extraordinário da experiência da Igreja Católica no mundo.

Em Ponta Grossa, tivemos um Padre chamado José Pionardi, um italiano, que é um grande cientista, um paleontólogo. Para vocês terem ideia, José Pionardi assegurou o Spielberg no filme O Vale dos Dinossauros; criou em Ponta Grossa a Paraná Universidade; fazia pesquisas paleontológicas; criou o lugar chamado Pastoral Universitária, que chamamos de oásis, onde fazia debates. O Bispo era meio conservador, mas independente disso, o Padre produzia e ajudou a formar uma geração de jovens. Alguns desses jovens foram meus alunos na universidade e foram para o Nordeste trabalhar nas comunidades iniciais de base. Ele ficaram cinco, seis, sete anos reivindicando a causa da população mais carente, mais pobre do Nordeste brasileiro. Então, temos uma vertente muito forte ligada à Igreja Católica, à teologia da libertação. Não só à Igreja Católica, também Igrejas Protestantes.

E uma terceira corrente, que é meio fusão dessas duas, é o sindicalismo novo que surgiu no ABC em 1976, 1977, 1978, a liderança maior é o Lula. Mas, é uma liderança que surge também de um processo de seleção social.

Conheci aqui no início da formação do PT, antes de 1980, um sindicalista chamado Paulo, que foi uma liderança extraordinária. Então, o Lula foi se colocando como a liderança mais importante no processo interno de seleção do movimento social e acabou se transformando em uma das maiores lideranças populares não só da América Latina, mas de todo mundo.

E a quarta vertente são os intelectuais autônomos, pessoas ligadas às universidades, que tinham uma visão de socialismo democrático, que também contribuíram muito para o PT. E tudo isso deu origem a uma ideia nova, o partido que fugia à lógica dos partidos de Esquerda tradicionais, que eram partidos organizados de forma hierárquica, rígida, onde o valor da teoria era muito superior ao da prática. O PT nasceu de uma relação muito forte da teoria prática social quebrando a hierárquica, um partido internamente, profundamente democrático na sua forma de se organizar, e que não quer ser um partido para os oprimidos, para os trabalhadores, de dirigentes que pensam o mundo verdadeiro, a proposta verdadeira, e impõem aquilo para as pessoas menos favorecidas. Não. Por isso que o nosso nome é Partido dos Trabalhadores, é formado pelas classes sociais subalternas do Brasil. Isso que é o novo na experiência do PT.

Se fizermos uma análise dos nossos Deputados hoje mesmo, 30 anos depois, eu sou professor universitário; o Tadeu Veneri é bancário do Banco do Brasil; a Deputada Luciana Rafagnin é pequena agricultora do Sudoeste do Paraná; o Deputado Pedro Ivo é agricultor e tem comércio em União da Vitória; o Deputado Lemos é professor do Estado; o Deputado Enio Verri é professor universitário; o Deputado Elton Welter é técnico agrícola; o Deputado Ângelo Vanhoni é bancário e sindicalista do Banco do Brasil; Paulo Bernardo é bancário e sindicalista do Banco do Brasil; o Assis é pequeno agricultor no Sudoeste do Paraná, ou seja, o PT até hoje conserva a sua base social. O nosso primeiro Deputado foi o Pedro Tonelli, pequeno agricultor, piscicultor no Sudoeste do Paraná. Então, essa é a nossa história, um história muito bonita nesse aspecto. E essa história tem a sua síntese na figura do Lula.

O Lula é produto de um processo social e da formação do PT e produto do seu brilho interno, da sua inteligência, perspicácia, capacidade de ação política. Mas ele é criado nessa ação social como liderança que se expressa. André Singer fala que o Lula, essa relação com o povo simples está na sua própria existência real, concreta. É o único Presidente da história do Brasil que viveu a miséria na sua própria família, viveu a miséria pessoalmente. Então, o sentimento que ele tem é um sentimento que se aproxima do sentimento real das pessoas que são a maioria social do Brasil.

Por isso, julgo que a história do PT é uma história muito bonita, diferente na experiência política não só do Brasil, da América Latina, mas de todo mundo. E uma história que vai se defrontar com o mundo real, claro, com um projeto político, com uma ideologia que surge em um determinado momento na história da humanidade e que vai se defrontar com as mudanças do Brasil.

Apesar de todas as mudanças, acho que o partido contribuiu muito justamente para que as classes subordinadas, que nunca tiveram voz nem vez, que nunca governaram, pudessem ter a experiência de governar em seu

próprio nome. Isso eu acho que é a grande riqueza do PT, que contribuiu muito para a democracia brasileira.

É claro, como mostrou a análise da genealogia do Deputado Jocelito, quando se começa fazer políticas tem que ter a teoria, ter uma visão idealista do mundo. Mas a política reflete na sociedade que a gera, se a sociedade é podre, desigual e violenta, com um capitalismo selvagem, do salve-se quem puder, não existem possibilidades de uma política 100% pura nesse mundo. Porque o processo eleitoral revela toda a impureza e a podridão da sociedade. O processo, por melhor que a lei seja, revela desigualdade social. As pessoas que têm dinheiro têm mais possibilidade de se eleger. É uma coisa concreta.

As lideranças que têm mais condições de comunicação, mais possibilidade de falar ao povo em seu nome são mais conhecidas e têm mais chances de se eleger.

Essa não é uma coisa técnica; é uma coisa construída, porque tem o poder. A política representa o poder econômico na história da humanidade. Quem tem o poder econômico tem o poder político. A ideologia que domina a sociedade é a de quem tem dinheiro. Ela está expressa nas rádios, na televisão, nas revistas, nos jornais, porque é poder econômico que conduz essa visão de mundo.

Por exemplo, quando o Deputado Stephanes diz que o MST é um bando de bandidos, que ilude e manipula as pessoas simples, o que está implícito nessa ideologia? Que as pessoas simples não podem pensar por si mesmas. Só quem pode pensar por si mesmo é quem tem dinheiro e universidade, em uma visão ideológica das classes dominantes, histórica no Brasil. Os humildes não pensam. Os negros o que são? São reses, porque são escravos. Quando ele diz que o MST é um grupo de pessoas militantes, que dominam, iludem e manipulam os pequenos, ele acha que os pequenos não pensam, são ignorantes, burros e manipuláveis. Essa é uma ideologia que cede aos que mandam e sempre mandaram no Brasil.

É muito estranho. Quando uma pessoa nunca teve terra, mas por ter dinheiro vai lá e compra 1 mil alqueires de terra, ela não tem tradição agrária, não se coloca isso e ele pode ser um capitalista agricultor. Uma pessoa pobre, cujos pais foram agricultores, avós, bisavós e tetravós, perdeu a terra há 10 anos, vai para uma ocupação de terra, ele já não é mais agricultor, é gente manipulada. Vejam como as questões ideológicas se manifestam na história política.

Então, o Partido dos Trabalhadores foi testado com a realidade. Em uma legislação política como essa, não se faz política sem dinheiro. Resultado disso: mensalão. Sei que não foi mensalão, na verdade sei que foram contas irregulares, caixa 2 de campanha, dinheiro para eleição. É claro que em uma sociedade que não tem lista partidária, que a contribuição de dinheiro pode existir, acaba tendo um vínculo mesmo o partido mais libertário, que tem os ideais mais nobres. Quando vai para a luta política real e se defronta com isso, ele se macula e suja as mãos para

poder sobreviver no reino sujo da política. Foi o que aconteceu com o PT, uma tragédia para a nossa história.

Acho que nessa tensão permanente é que as coisas novas vão brotando. “Do lodo nasce a flor de lótus”. Porque senão o resto é irrereal. A transformação tem que nascer dessa podridão, dessa sociedade desigual, injusta e cruel, mas é aí que pode brotar uma coisa nova. Por isso confio que, com todos os problemas, o PT pode renascer a cada momento, como alguns outros partidos podem também com sua forma e ideologia.

Acredito muito que esse ano vai provocar um renascimento no Brasil. Senti isso quando vi as galerias lotadas aqui na segunda-feira, quando o Pessuti trouxe o mínimo regional. Senti isso quando vi a Dilma ser aplaudida em pé, por 1 mil e 700 militantes do partido, na antiga sede da Associação BANESTADO, em Colombo. Sinto isso nas pesquisas. Admiro o José Serra, que tem um currículo público superior ao da Dilma, porque ele foi um militante contra o regime militar, é um intelectual respeitado, economista e teórico, foi Ministro da Saúde no Brasil, Prefeito de São Paulo.

Claro, a Dilma não tem esse curriculum público, apesar de ser uma militante tradicional, uma técnica competentíssima, mas acontece que o que está em jogo não é uma disputa entre Serra e Dilma; é uma disputa de projetos diferentes para o Brasil. Nenhum deles é perfeito, mas defendo o projeto que acho melhor, que provou que é melhor, que é o representado por Dilma.

Por isso que quando se faz um debate nos jornais, o nosso Marco Aurélio Garcia falou muito bem, ele disse: “O PSDB não é um partido de Direita, é um partido da Direita”. Não se trata mais de dizer que o Sr. Fernando Henrique Cardoso é um teórico, um grande intelectual, que tem uma origem de pensamento marxista. Trata-se de entender que esses setores foram capturados pela Direita do Brasil, pelas elites vinculadas à antiga ARENA, as elites que se vincularam ao regime militar e deram sustentação fundamental.

O PSDB, apesar de ter liderança como o Serra, é um partido da Direita. Ele representa o ideal do neoliberalismo. O ideal do estado mínimo, a visão de que os pobres são coitadinhos, que não conseguem pensar; que são os engravatados, os ricos, os intelectuais que podem dar a luz para os pobres, como se fala quando se critica o MST. Como se a ralé fosse incapaz de pensar por si mesma porque não tem uma formação teórica, uma educação formal.

O PT é exatamente o contrário disso. O Lula veio exatamente mostrar a possibilidade do ser humano, que nasceu na miséria mais profunda, que não pôde estudar, que perdeu um dedo na máquina de torno, que veio com a mãe lá do Nordeste, é o Presidente do Brasil. Então, vejam o fenômeno profundo que o Lula representa. O ser humano espezinhado, o negro que foi escravo, tratados como reses, o pequeno que nunca teve vez e nem voz, que sempre foi tratado como ser de segunda classe, ele se vê no Lula, como um ser pleno, ele entende que também

é uma pessoa igual as outras. Não tem mais que ficar escondido, tímido, tem que agir para defender os interesses daqueles que representa. Isso que é bonito no PT.

O PT é o Partido dos Trabalhadores. Da Esquerda por isso, porque são os trabalhadores, a classe subalterna que tem que mudar o mundo.

Por isso, neste momento, estou muito entusiasmado e acho que o PT ainda vai ser o grande partido popular do Brasil. Daqui a alguns anos o número de partidos vai diminuir, porque à medida que as sociedades avançam, diminui o número de partidos.

Temos que entender que o nosso mundo mudou. Mudou a forma de fazer sindicalismo, de fazer movimento social. Temos que mudar nossa linguagem de diálogo com as pessoas e temos que nos preparar para ser o grande partido popular, não só do Brasil como de toda América Latina, neste momento novo da história mundial e também da história do nosso Brasil.

Existe um poeta chamado Antonio Machado, que falava: “Caminhante, são teus passos o caminho”. Isso é muito bonito, mas tem um pequeno poema dele muito bonito: “Se viver é bom, é melhor sonhar. E melhor que tudo, despertar”. Esse poema é um desafio para o PT. Os nossos sonhos morreram, mas se eles não se realizaram é porque eram sonhos. Agora estamos na fase de despertar os nossos sonhos para conseguir um avanço maior na nossa sociedade.

Queria saudar o PT e também a todos os militantes, que nos momentos mais difíceis ficaram de cabeça erguida lutando para construir um Brasil diferente.

Se nos lembrarmos, participei da campanha em 1982 em Ponta Grossa, tinha 28 anos de idade. Sou do Movimento Pró-PT, em 1982 sai candidato a Prefeito e não tinha um centavo no bolso. Eu era professor universitário na época, tinha o semi-integral, tinha um fusca amarelo, meu irmão tinha acabado de concluir o curso de Direito e formamos uma chapa: o Edésio Passos Governador, Manoel Isais Santana Senador e eu Prefeito de Ponta Grossa, meu irmão Deputado Estadual, Professor... (inaudível) Federal, e uma chapa de 19 Vereadores. Nós tínhamos dois carros, e quando era para fazer comício cara a cara num bairro distante, só podiam ir oito pessoas. Cabiam nos dois carros oito pessoas, não dava para ir mais ninguém. Fazíamos campanha em papel, que na TELEPAR, papel que não prestava mais era utilizado de um lado, e não existia computador, do outro lado mandávamos imprimir.

O voto era vinculado de Governador a Vereador. Foi uma experiência. Na nossa ingenuidade, já estava até achando que podia ganhar, achávamos que pelo menos um Vereador íamos eleger. Quando abriram as urnas foi o maior fiasco. Fiz 700 votos. E foi o que aconteceu no Paraná inteiro, o Vereador mais votado fez 190 votos, uma menina 100.

Bom, os meus colegas de departamento de geociência, muito conservadores, me apelidaram de Prefeito. Mas foi nessa relação que fomos aprendendo que a polí-

tica é uma coisa complexa, mas é uma coisa mágica também. Aprendemos como as pessoas do povo agem, porque às vezes se contrapõem que tem a vida real por trás, tem o motivo da existência humana. E olha aí, depois disso governamos Ponta Grossa, Londrina, Maringá, tínhamos nove Deputados Estaduais, temos seis Deputados Estaduais, estamos presentes em muitas Cidades, mais de 200 Vereadores e governamos o Brasil.

Aquele Governo que as elites sempre diziam que iria ser uma tragédia, hoje é apoiado inclusive por parte dessas mesmas elites, porque foi mantida a estabilidade econômica, o Governo fez a distribuição de renda. E nunca em nossa história um Governo foi tão bem avaliado como o Governo do Presidente Lula.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento. Muito bem colocada a história do PT, V. Exa. viveu isso desde o início, ajudou a fundar desde o começo. Também tudo que passaram as nossas lideranças.

Só parabenizar e me somar aqui quando comemoramos esses 30 anos de luta e conquista, dar os parabéns aos militantes e a todas as pessoas que contribuíram com o início do nosso partido, quando começou a discussão para fundar o PT. Sabemos que foram inúmeras as pessoas que contribuíram, muitos tombaram nessa luta, mas sempre sendo fiéis ao nosso partido, à questão ideológica e ao sonho de termos uma sociedade mais justa e igualitária.

Parabéns pelo pronunciamento, e queremos dedicar esses 30 anos de luta à todas aquelas pessoas que contribuíram conosco nessa trajetória e contribuíram para que pudéssemos ter um País um pouco mais igualitário.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Importante observação. Tem um filme chamado Peões e o cineasta vai mostrar exatamente onde estão aqueles peões que começaram a luta com o Lula e que não se elegeram Deputados, não subiram na vida, continuam com aposentadoria proletária, são os agentes anônimos... Autocrítica para nós, que dentro do PT temos setores, que a senhora sabe, que já estão ricos e ricos com a política. Essas são as contradições que acontecem no seio do partido, e que nasceu o ideal do PT.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No Horário das Lideranças, Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra a Sra. Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente quero parabenizar o Deputado Péricles pelo seu pronunciamento, parabenizar o PT pelos seus 30 anos de história exitosa de fazer política neste País. Mas, principalmente, parabenizar pelo seu pronunciamento, porque é cheio de esperança. Tenho aprendido aqui, com o Belinati, uma frase que um dia ele me falou. “Deputada Rosane, nós brasileiros precisamos de esperança.”

É verdade, todos precisamos de esperança. Acreditar num porvir melhor sempre. O pronunciamento do Deputado Péricles faz esse resgate.

O que me trouxe aqui, no horário do nosso bloco, é que estaremos votando hoje, em 2ª discussão, um projeto de lei de minha autoria, que ousa solicitar que seja colocado on-line o monitoramento da qualidade do ar em Curitiba e Região Metropolitana.

Temos hoje aqui em Curitiba e Região Metropolitana oito estações automáticas de monitoramento do ar, que nos fornecem boletins dizendo da qualidade do ar que respiramos e que medem diversos poluentes: ozônio, nitrogênio, carbonos, todos os materiais poluentes da nossa atmosfera.

Pois bem, essas estações medem e emitem esses boletins, mas só temos acesso a esses dados com frequência completamente irregular. Às vezes 30 dias, o máximo de frequência mais próxima à realidade, hoje, foram 12 dias, no mês de outubro do ano passado.

Neste momento, se entrarmos no site do IAP, vamos ter acesso a esses dados só do ano passado.

Então, estamos solicitando que esse monitoramento que hoje acontece também seja disponibilizado on-line para todos nós. Mas, por que devemos fazer isso? Creio, profundamente, que se tivermos isso on-line, como é feito em São Paulo, em Lisboa, na Europa, faremos com que as empresas potencialmente poluidoras tenham mais cuidado com as suas emissões.

Esse é o motivo do nosso projeto, que foi aprovado ontem por unanimidade na sua constitucionalidade, hoje ele vem para a discussão do mérito. Esse projeto teve uma emenda substitutiva feita pelo Deputado Reni Pereira, e que aloco para o projeto o direito do consumidor, que consome, que usa o ar, porque respira e que tem que zelar pela qualidade deste ar. Então, é fundamental, quero o apoio de V. Exas. para a aprovação no dia de hoje.

Outro assunto que me traz aqui, e acho muito ruim mas não posso deixar de registrar o que está acontecendo com nós mulheres, Deputada Luciana Rafagnin.

Até tive uma conversa com alguns Deputados, tenho mãe, tenho sogra, não tenho sogro e não tenho pai, ambos faleceram. A grande maioria das pessoas aqui que me cercam têm avós ainda, mas não têm avôs. Porque os homens se expõem a riscos e têm o seu tempo de vida menor do que as mulheres. Isso é comprovado. Se formos aos bailes de terceira idade, é muita viúva para pouco viúvo, até uma disputa interessante acontece nesses meios.

Mas isto está mudando, infelizmente está mudando. Já temos pesquisas que falam que há um acréscimo muito grande, por exemplo, os ataques cardíacos, os problemas cardíacos nas mulheres, os problemas trazidos por esta vida diferente que estamos levando.

E na área de Segurança Pública não podia deixar de ser diferente. Tivemos agora 23 mulheres assassinadas em janeiro, na Grande Curitiba, de um universo de 200 homicídios, o que significa mais de 10%. Este mês já tivemos mais 10 mulheres assassinadas na Grande Curitiba. Ou seja, hoje é dia 10, cerca de 40 dias, 33 homicídios de mulheres, a grande maioria envolvida com a questão do tráfico. O tráfico muda o perfil da nossa sociedade. Impressionante! As mulheres indo para o tráfico, as mulheres envolvidas com este meio, às vezes indo por causa dos seus parceiros, dos seus filhos, hoje estão se expondo a este risco. Mas tem um agravo quando as mulheres são assassinadas, porque mulheres seguram, sim, mulheres são arrimo de família, mulheres cuidam de seus filhos. E esses órgãos que ficam aí, como é que se criam?

Então, temos que cuidar um pouco mais e atentar para isso. O tráfico muda o perfil da sociedade. Nós fazíamos um levantamento agora com relação à questão dos adolescentes que hoje estão menos envolvidos com furto, com roubo, do que há algum tempo atrás. Mas isto não se deve porque está melhorando o perfil, porque hoje os adolescentes, quando estão envolvidos com drogas, não acham que é mais vantajoso sair e roubar. Eles já aderem a um trabalho de fazer a difusão da droga. Porque se roubavam para conseguir a droga, poxa vida, se trabalharem para o traficante é melhor. Eles estão mais perto do que precisam neste momento, e já trabalham diretamente com o fornecedor, sem ter que roubar, ter o dinheiro para comprar. Isto hoje também é um complicador. E é por isso que a droga se alastra.

Então, é mais um perfil da questão da violência. Não estou fazendo nenhuma crítica à Secretaria da Segurança. Hoje eu via, 27 mil presidiários no Paraná, 14 mil nas penitenciárias, 13 mil nas delegacias. É muita gente presa, sim. Se trabalha muito dentro dessa Secretaria e não se dá conta. Na verdade o que precisamos é de um trabalho de toda a sociedade para coibir a questão da Segurança Pública. Sempre bati nesta tecla, aqui: Segurança Pública não se faz só com Polícia; se faz, sim, com Polícia, mas não só com Polícia. Se faz com viatura, com penitenciária, mas não só com viatura, com penitenciária. Temos que discutir toda a forma com que a sociedade se conduz se quisermos mudar esta realidade.

Então, tenho que deixar registrado este alerta. O que está acontecendo com nossas mulheres? Por que tantas mulheres mortas? É assustador este número. Quarenta dias, 33 mulheres. É quase uma mulher por dia. Já tivemos dias com assassinato de 10 mulheres na Grande Curitiba. É uma coisa muito séria, temos que rever nossa postura, temos que fazer políticas públicas para as mulheres, temos que retomar o funcionamento do Conselho

Estadual da Mulher, sim, que hoje está parado. Precisamos fazer com que o Governo - quero futuramente, nos próximos dias, discutir com o Governador Roberto Requião e com o próximo Governador, Orlando Pessuti, para que tenhamos uma assessoria de políticas públicas para mulheres e possamos discutir esta questão tão importante.

Para finalizar, mudando da água para o vinho, como diria minha mãe, quero aproveitar a oportunidade para parabenizar a Cidade de Araucária, os araucarienses, pelo dia de amanhã. Amanhã Araucária completará 120 anos. A rica Cidade das pessoas pobres, a rica Cidade de orçamento, mas com muita pobreza, ainda, em qualidade de vida, com muitos acertos e com muitos erros na sua condução. Mas, neste momento o que quero dizer é que estou aqui porque um dia ousei sonhar com uma Araucária melhor e me filiei a um partido político. Estou aqui por conta disso, a caminhada me colocou hoje nesta tribuna e o meu compromisso é muito grande com aquela Cidade e com o povo que lá nasceu ou escolheu aquela Cidade para morar.

Parabéns Araucária! Parabéns a todos os araucarienses!

E, como diz o Presidente Nelson Justus, que eu possa errar sempre menos e que possa contribuir muito para a construção da nossa Araucária.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns, Deputada.

No horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente Nelson Justus, membros da Mesa, Deputadas e Deputados.

O que me traz à tribuna hoje são algumas palavras ditas desta tribuna pelo Deputado Péricles, entre outras coisas. Mas, o principal é um esclarecimento.

Acho que o Deputado Péricles pouco sabe a meu respeito, e nessa soberba, arrogância e prepotência do PT - que ele muito bem incorpora - acham que só eles querem o bem da população, só eles trabalham pelo bem comum, só eles são corretos, mas eles vão e fazem o maior mensalão da história do Brasil. E digo e repito que no MST os líderes exploram pessoas humildes, que não tiveram estudo e que são usadas como massa de manobra. Isso não significa que eu acho que todas as pessoas humildes são dessa forma.

A minha família é de origem humilde. Minha família veio da Alemanha por parte de pai, pequenos agricultores que se instalaram na divisa do Paraná com Santa Catarina, e meu pai, até os 14 anos, trabalhava na enxada. Minha mãe veio do Norte Pioneiro, de família

muito humilde de agricultores também, da Cidade de Bandeirantes, sendo a minha avó de Cambará. Eu pude estudar, formei-me em Economia, fiz mestrado na Federal do Rio de Janeiro, pude estudar na Alemanha, estudei em Harvard e isso não me denigre em nada, ao contrário, porque me dá qualidades a mais para poder trabalhar pelo bem comum. E graças a Deus o Paraná e Curitiba nunca passaram pelas mãos do PT, porque senão poderiam estar mal, isso pela sua arrogância, prepotência e inoperância.

Então, Péricles, é um esclarecimento que faço e não me importo em às vezes ser Oposição, porque é melhor você estar de pé na planície do que de quatro em um palácio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Lembro aos Srs. Deputados, que por requerimento do Deputado Stephanes Júnior, antecipamos a Sessão de quinta-feira para o dia de hoje. Então, ao término desta Sessão teremos a Sessão antecipada.

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso este horário para, mais uma vez desta tribuna, fazer algumas considerações em relação ao porto de Paranaguá. Não gostaria de usar este espaço para falar sobre estes assuntos. Gostaria de falar sobre o porto de Paranaguá dizendo que ele é eficiente, que a administração está tomando todas as medidas em relação ao planejamento e a logística que é necessária para que os operadores possam usar o porto da melhor forma possível, tanto as empresas que usam o porto, Deputado Reni Pereira, para exportar ou mesmo aquelas empresas que utilizam o porto para a importação desses produtos, mas devo falar, mais uma vez, que a Justiça, o Tribunal Federal Regional da 4ª Região, concedeu uma liminar para o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná. Por que essa ação? Vejam ao cúmulo que chega a APPA: se não bastasse todas as despesas, todos os encargos que existem no porto para o embarque ou mesmo para o desembarque dos navios, resolveram agora criar um Clube de Serviços do Meio Ambiente. E a portaria da APPA, Deputado Nelson Justus, V. Exa. que foi Secretário dos Transportes e o Deputado Waldyr Pugliesi também, a APPA baixa uma portaria, Ordem de Serviço nº 173, que diz que os operadores do porto que não se associarem a esse tal Clube de Serviços do Meio Ambiente não mais poderão descarregar ou carregar navios.

Ora, todos os portos que temos no Brasil são do Governo Federal, o Governo Federal dá uma concessão. O Estado administra o porto, mas existe uma regulamen-

tação para os portos se adequarem dentro desta realidade e não fazer prevalecer a vontade do seu superintendente ou de quem administra o porto. Por essa razão que os operadores do porto se sentiram na obrigação de procurar na Justiça, mais uma vez, o seu direito de operar no porto não querendo obedecer essa Ordem de Serviço da APPA e que entraria em vigor a partir do dia 31 de dezembro.

Pois bem, o que disse o Tribunal Regional na decisão? Ele sustenta, em síntese, a ilegalidade da referida exigência, por não ter a APPA competência de instituir, mediante portaria, serviço público de contratação obrigatória, inclusive com a incidência de tarifa sem amparo legal. Alega também não ser legítima a restituição administrativa ao exercício das atividades portuárias e concedeu a liminar com o seguinte argumento: *Defiro a liminar para autorizar que os filiados ao Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná possam continuar regularmente com suas atividades, independente da exigência de adesão ao Clube de Serviços do Meio Ambiente, até decisão do agravo de instrumento pela 3ª turma deste Regional.*

Ora, ao invés do porto se preocupar com a logística, evitando desta forma as longas filas que são formadas, e disse o Sr. Sérgio Malucelli, que é Diretor Executivo da Federação das Empresas de Transporte do Paraná, diz ele que um caminhão leva em torno de 10 horas para descarregar no porto. E que um caminhão, diante dessas longas filas que são realizadas - a entrevista ele deu na Band News - diz que o caminhão deixa de fazer uma viagem a mais por semana, e a maioria dos caminhoneiros que são autônomos têm o caminhão financiado, e disse ele que o caminhoneiro deixa de ganhar R\$ 2 mil e 100 por semana, porque ele deixa de fazer um frete a mais.

Esse alerta fizemos aqui por inúmeras vezes em relação ao porto de Paranaguá, seja na dragagem, seja na exportação de produtos, enfim, tudo aquilo que envolve a administração, a eficiência do porto de Paranaguá, quem perde com isso não são só os operadores, é o Paraná. Porque as grandes empresas vão para outros portos e lá começam a movimentar muito mais os portos. Ao invés de facilitarmos a vida dos nossos operadores e das nossas empresas que usam o porto, estamos dificultando cada vez mais. Quem vai embora do porto de Paranaguá, faz seus investimentos em outros portos, depois deste Governo ele não vai arrancar dos outros portos e voltar para o Paraná! Investimento feito num porto por uma empresa não se arranca e não se transfere para outro Estado, para outro porto.

O Governador Roberto Requião, no dia da abertura aqui, incorreu numa incoerência no seu pronunciamento. Primeiro ele condenou as montadoras que vieram para o Estado do Paraná, num primeiro momento. Num segundo momento disse que o porto de Paranaguá é o segundo maior porto em movimentação na exportação de automóveis. Mas por que acontece isso? Porque alguém trouxe as montadoras e as montadoras se instalaram no nosso

Estado. Quando as coisas são boas, aí o Governo tira proveito assim. Quando a coisa é ruim: "Olha, é o Governo passado."

Espero que o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, que está para sair do Governo já que deve disputar uma vaga para o Senado, e seu vice Orlando Pessuti irá assumir o Governo do Estado, esperamos que esse tratamento seja melhorado já este ano em relação à logística, em relação ao relacionamento, o trato com as empresas do nosso Estado e o Governo do Estado.

Não me canso de dizer que o Estado só se desenvolve quando você tem infraestrutura. E o que é infraestrutura? Não é só pronunciamento, discurso, como acontece com a FERROESTE que não andou um palmo sequer nesses últimos sete anos. Discursos, reuniões, aos montes, dezenas, mas implantar efetivamente algo para que o transportador fosse o grande beneficiário, não aconteceu. No porto de Paranaguá idem, da mesma forma. O calado que tinha uma profundidade de 14 metros, chegou a 11 metros de profundidade. Agora um contrato emergencial, como já fiz referência ao porto de Paranaguá, quando a concorrência que era para ser feita em 2007, no porto, dizia na concorrência a necessidade da retirada de 17 milhões de metros cúbicos de areia para dar condições aos grandes navios, navios de porte médio atracarem no porto de Paranaguá, no contrato emergencial quanto de areia foi retirado? Três milhões e 700 mil m³, bem aquém daquilo que é próprio Governo entendia se necessário! Agora diz que o porto está às mil maravilhas. Não está às mil maravilhas não! Porque não é possível que os operadores precisem recorrer à Justiça para adquirir seus direitos para explorar e para importar e não serem obrigados a se associar a esse clube. Mas a Justiça acho que foi correta, uma decisão dentro da legalidade, e as grandes beneficiárias são as empresas.

Esperamos que daqui para frente não precisemos mais ocupar este espaço para fazer essas considerações em relação ao porto, mas sim elogiar o porto de Paranaguá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do Governo: Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vocês todos que estão assistindo esse canal de televisão acabaram de ver uma decisão democrática. Estava com a palavra o Deputado Romanelli, Líder do Governo, e de maneira muito democrática decidiram que eu deveria vir aqui a essa tribuna.

Mas, Deputado Reni Pereira, Deputados desta Casa, o Deputado Jocelito Canto fez uma colocação

muito apropriada nesta tarde falando das origens dos candidatos ao Governo do Estado. Em seguida o Deputado Péricles embasou, de maneira muito consistente, um pronunciamento com marcas profundas na ideologia. Me parece que essas discussões devem ser feitas de maneira mais constante nesta Casa. Uma das boas notícias que poderíamos dar a todos é que temos aqui no País, se avizinhamo à eleição presidencial, é que pela primeira vez o pensamento do atraso, o pensamento que promove, vamos dizer, vantagens para as minorias, não estará presente.

Vamos ver o quadro: quem é Marina Silva? É alguém que está com uma proposta muito apropriada para esse momento da vida nacional. Se falarmos até do candidato Ciro Gomes, ele não tem uma posição, eu poderia dizer, de Direita, de maneira nenhuma; ele também empalma posições ideológicas que apontam na direção daquilo que eu falei. Nós não teremos, Deputado Reni Pereira, nessa eleição presidencial, aquele pensamento atrasado da extrema Direita, que quer impor à vida da Nação às suas convicções, que são todas ultrapassadas. O Serra, nosso companheiro de luta estudantil, exilado, é um belíssimo candidato ideologicamente falando, mesmo se levado em conta os desvios que aconteceram nessa caminhada.

Aqui se falou, o Péricles fez uma afirmação que eu tenho repetido sempre, o PSDB, que defende o neoliberalismo, não é um partido direitista, é um partido usado pela extrema Direita para alcançar os seus objetivos. E o nosso PMDB, Presidente Nelson Justus, é um partido multifacetado, ele tem um arco-íris ideológico, muito amplo; mas a ideia central, a ideia que predomina dentro do PMDB, pelo menos no seu ideário, é a do avanço da conquista popular, da eliminação das desigualdades, essa coisa toda.

Então, parece, mesmo aqui no Paraná, analisando todos os candidatos que possivelmente concorrerão e no Brasil, parece que estamos vivendo um momento de grandes avanços. Aqueles agrupamentos intrapartidários que pretendem eternizar vantagens, privilégios, essas minorias não estarão decidindo as próximas eleições. Aqui no Paraná, no momento do fragor da batalha, as pessoas decidirão, de maneira racional, que depois de tantos avanços o recuo é inadmissível.

Vejam bem, quando a elite dirigente do meu partido, o PMDB, tomou algumas medidas, no meu entendimento antidemocráticas, maquiavélicas eu poderia dizer, antecipando uma eleição da direção nacional, tirando a possibilidade de manobra de todos nós. Logicamente que deveríamos nos insurgir contra isso! Talvez tenho sido eu o primeiro dirigente do Brasil do PMDB que se insurgiu em relação a essas manobras que uma cúpula minoritária, diante dos milhões de militares do partido, tomou. O que aconteceu na prática? Elegeram uma direção que está correndo para se entregar à candidatura da Dilma Rousseff. Não é esse o problema de falarmos que não queremos apoiar a Ministra. Queremos um rumo, queremos

um programa de desenvolvimento para o Brasil, queremos discutir as questões cruciais que a Nação está enfrentando.

Então, em junho, quando tivermos a convenção estaremos lá, espero eu, se as coisas não caminharem em sentido contrário, para colocarmos a pré-candidatura do companheiro Roberto Requião à Presidência da República. E aí sim os militantes do PMDB de todo Brasil poderão se manifestar. Mas o que não podemos aceitar, definitivamente, é que as coisas sejam decididas como são decididas muitas vezes. Meia dúzia de pessoas se reúnem, olham os seus interesses, olham a divisão de possíveis Governos e encaminham essa questão. Aí o que é que acontece? Uma propaganda maciça e massiva faz com que aquelas coisas que estão erroneamente colocadas pareçam com as coisas que devem ser aceitas por todos.

Então, estava falando com o Deputado Jocelito Canto, vejam bem, o Richa Governador, pai, veio do PMDB, como eu; o Álvaro do PMDB, o Osmar do PMDB, o Pessutão do PMDB. Então, somos uma organização partidária que produz lideranças. E compete à população, na hora da decisão, fazer uma análise profunda dessas questões e tomar a decisão. O que interessa mais ao Paraná? Quais as propostas melhores, embasadas na história, e que se tenha previsão de se conquistar no futuro, aí todos serão chamados.

Agora, gostei muito dessa reunião. O Deputado Péricles chegou aqui, e quero repetir na sua presença o que falei. V. Exa. pronunciou aqui um discurso muito correto, na minha visão ideológica, um discurso embasado teoricamente, ideologicamente, mostrando aquilo que muitos milhões de brasileiros pensam. Então, o que pretendemos? Que a Direita, aqueles que fabricam fome, miséria, desemprego, não voltem aos Governos.

Vejam, Deputado Péricles e demais Deputadas e Deputados, companheiros que estão aqui, essa questão da implantação do mínimo regional, quais eram os argumentos? Desde Delfim Neto: “Vamos fazer o bolo crescer e depois vamos reparti-lo”. Não fizeram o bolo crescer e, pelo contrário, através do arrocho salarial que um regime discricionário impôs, fez com que a mortalidade infantil aumentasse. As mães que estavam gerando filhos, muitas vezes geraram filhos deficientes, porque não acumulavam a necessária quantia de alimentos para gerar brasileiros saudáveis. Então, é uma desgraça.

Fala-se o quê? “Olha, o novo salário-mínimo vai fazer com que o desemprego aumente”. Na prática, o que aconteceu, Presidente Nelson Justus? Não houve desemprego no Paraná, cresceu mais no Paraná o emprego do que no resto do Brasil. Tivemos distribuição de renda, diminuimos as desigualdades. Então, a argumentação que o novo salário-mínimo vai provocar desemprego não tem sustentação na prática. É só todo mundo querendo pegar os dados, que estão à disposição de todos, para dizer que as coisas exatamente caminharam no sentido contrário.

Veja bem, na hora da dificuldade, aqui no Paraná, o que o Governo Requião/Pessuti, o Governo do PMDB, com os nossos parceiros, fez? Fez investimentos. O que o Presidente Lula fez no Brasil? Fez investimentos. Na hora da dificuldade você tira o dinheiro? Na hora que o cidadão está doente você tira o remédio? Isso é coisa do passado e não pode voltar nunca mais, sob qualquer Governo, seja ele qual for. É essa questão que temos que discutir.

As coisas não aconteceram por si mesmas. O homem abre o caminho. Olha o machismo. O homem, a mulher, logicamente que fica compreendido assim: os seres humanos abrem os caminhos. As coisas não acontecem por acontecer. Eu tenho na minha vida política isso. Por que uma pequena Cidade do Norte do Paraná, que não tinha vocação nenhuma, como a minha Cidade de Arapongas não tinha para indústria, por que é uma das Cidades mais industrializadas entre todas que temos? Porque houve uma decisão política, houve vontade política, houve estudo para se fazer esse encaminhamento.

Então, olha, estamos diante de um grande Estado, de um grande País e aprendi, Sr. Presidente, que diminuir, querer fazer com que os adversários não tenham valor, é um erro muito grande, eu vivi muito isso. Nós do PMDB éramos meia dúzia de Vereadores no Paraná, e o que falavam de nós é que não éramos brasileiros, que éramos comunistas e que queríamos destruir este País. Perseveramos na nossa luta, nas nossas convicções e mostramos àqueles inclusive que nunca acreditaram em nós que tínhamos o nosso valor.

Então, o Paraná tem toda a competência para manter tudo aquilo que foi conquistado. É o que espero que aconteça do ano que vem em diante.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 005/10, de autoria do Deputado Wilson Quintero, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, a instalação de PROCONs nos Municípios que foram as Regiões Administrativas do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 006/10, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, a implantação de linha de transporte coletivo ligando o terminal de Guaraituba, Município de Colombo, até o

Município de Curitiba, via terminal do Alto Maracanã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 007/10, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, a continuidade no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, que é realizado em consonância com a Polícia Militar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 008/10, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Exmo. Governador do Estado a autorização ao órgão competente para a viabilização de ceder, por doação, permissão de uso, convênio ou comodato, um veículo, mesmo que usado, que será destinado ao Conselho Tutelar de Marialva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 009/10, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a construção da Unidade Escolar no Setor A (Parque São Pedro) no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 010/10, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado que seja firmado convênio para garantir serviço de prevenção, salvamento e combate a incêndio no Aeroporto Regional de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Wilson Quintero, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três) de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 169, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando ausência do Deputado Ney Leprevost, das Sessões Plenárias do dia 10 do corrente mês, por motivo de realização de exames médicos, conforme atestado que será enviado posteriormente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 170, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 22 e 23 do corrente mês, para participar de workshop sobre participação política, promovido pelo Sindicato dos Auditores Fiscais do Paraná (convite anexo), e nos dias 24 e 25 do corrente mês, para participar na 130ª Reunião Extraordi-

nária do Conselho Deliberativo da FENAFISCO (convite anexo). **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 152, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 11 (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 564/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a Semana Antidroga nas Escolas Públicas e Privadas no Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 121/09, de 13/10/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 638/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que institui o Dia do Ecumenismo no Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovada. (Publ. no DA nº 141/09, de 18/10/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 694/09, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de utilidade pública a VEZ - Instituto UNIBRASIL, para Desenvolvimento da Ciência e Cultura, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 151/09, de 07/12/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 708/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Rio Azul - CIARA. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 726/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre o monitoramento em tempo real da qualidade do ar da Região Metropolitana de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. COM EMENDA DA CCJ.

Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que insere no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa do Padroeiro São Sebastião, no Município de Quatro Barras, que realiza anualmente no dia 20 do mês de janeiro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 711/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública a Casa Lar Menino Jesus, com sede e foro no Município de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que torna obrigatório a apresentação da Caderneta de Saúde da Criança no ato de inscrição de crianças em creches, escolas maternas, jardins de infância, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT e CSP. **Aprovada. (Publ. no DA nº 072/08, de 23/06/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 278/08

P A R E C E R :

O projeto de lei ora em análise, de autoria do Deputado Dr. Batista, visa tornar obrigatória em todo o território do Estado do Paraná, a apresentação da Caderneta de Saúde da Criança no ato de inscrição de crianças para admissão em creches, escolas maternas, jardins de infância e no pré-escolar, da rede pública ou particular.

Compulsando o projeto de lei, resta claro que em nenhum momento o autor cria alguma atribuição ao Estado, cria sim uma obrigação aos pais quando da matrícula de seus filhos. O projeto também em momento algum gera despesa ao Poder Executivo, bem como não cria qualquer dificuldade para que se efetue a matrícula da criança.

Ademais, as informações lançadas no Ofício 2074/2008/GS - Secretaria de Estado da Saúde - SESA, dão conta de que para aquela pasta não há óbice algum quanto a sua aprovação, considerando que o mesmo encontra-se em consonância com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069, de 13/07/90. (*sic*)

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão

obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Deputado Dr. Batista, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 17/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI- Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
AO PROJETO DE LEI Nº 278/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por objetivo tornar obrigatório em todo o Estado do Paraná a apresentação da Caderneta de Saúde da Criança no ato de inscrição das mesmas para serem admitidas em creches, escolas maternas, jardins de infância e no pré-escolar da rede pública e privada do Estado.

No mérito o projeto em análise, cria uma obrigação aos pais, qual seja: a de, junto as instituições competentes, fazer e manter atualizada a Caderneta de Saúde de seus filhos, tornando obrigatória a apresentação da mesma quando da inscrição para admissão em creches, escolas maternas, jardins de infância e no pré escolar. Com efeito, tal obrigação terá impacto positivo na vida escolar das crianças, na medida em que assegura maior controle de saúde e por consequência maior qualidade na vida e na educação como um todo.

No que tange a competência da Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, verificou-se não haver ao projeto impedimento de qualquer natureza, razão pela qual emite-se parecer favorável e opina-se pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 04/12/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
TERUO KATO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
AO PROJETO DE LEI Nº 278/09

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista que visa tornar obrigatória a apresentação da Caderneta de Saúde da Criança no ato de inscrição em creches, escolas maternas, jardins de infância e dá outras providências.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a

Comissão de Saúde Pública acompanha o parecer da CCJ, por entender que o bem mais precioso que possuímos é a saúde, e um dos mais importantes meios para evitar doenças é a vacinação na infância. A prevenção de doenças desempenha um papel fundamental na obtenção de uma saúde perfeita.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 278/08, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01/12/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 556/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a presença de nutricionistas nas instituições públicas e privadas de ensino fundamental e médio, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovada. (Publ. no DA nº 119/09, de 07/12/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO AO
PROJETO DE LEI Nº 556/09

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima emendado, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, estabelece em seu artigo 1º a presença de nutricionistas nas equipes das instituições públicas e privadas de ensino fundamental e médio, no Estado do Paraná.

Na justificativa, a autora ressalta que para muitas crianças, a alimentação escolar é a única refeição que farão durante o dia, por isso, é de extrema importância que o alimento consumido atenda, ao máximo, as demandas nutricionais. Nesse sentido, o papel do nutricionista é fundamental nos programas de educação alimentar nas escolas, para prevenir a desnutrição, causada pela falta de alimento, ou a obesidade, provocada pelo consumo inadequado de alimentos; e os demais problemas nutricionais da comunidade escolar.

Um profissional de nutrição inserido no ambiente escolar tem acesso facilitado à realidade dos alunos, pode acompanhar a necessidade de cada um e realizar um trabalho individualizado, colaborando na melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Afinal, uma criança ou um adolescente bem alimentado assimilaram de maneira mais simples e fácil o conhecimento exposto na sala de aula. (*sic*)

O projeto de lei, na última sessão desta comissão foi relatado pelo Deputado Luiz Carlos Martins, que em seu parecer sustentou ser inconstitucional, tendo em vista o disposto na Lei nº 9394/96 (LDB), Lei Estadual nº 4978/64, e artigo 87 da Constituição do Estado.

Houve por bem, este Parlamentar membro titular desta comissão em requerer vistas deste projeto de lei o qual apresentará seu voto em separado.

É o relatório.

Fundamentação jurídica do voto pela inconstitucionalidade.

O projeto de lei está plenamente em consonância com a Lei de Diretrizes Básicas da Educação e em conformidade com a Lei Estadual nº 4978/64.

Não se pode perder de vista o contido no artigo 53, IX e X da Constituição Estadual que estabelecem:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

I - (...)

IX - servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares estaduais para a inatividade;

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado.

Assim, diante dos dispositivos acima transcritos o nosso voto é pela legalidade e constitucionalidade do projeto de lei, sendo no voto em separado favorável ao projeto de lei acima ementado.

Sala das Comissões, em 24/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 092/07

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei dispõe sobre a presença de nutricionistas nas instituições públicas de ensino fundamental e médio.

Uma alimentação adequada proporciona um maior rendimento escolar, equilíbrio necessário para o crescimento e desenvolvimento, além de manter as defesas imunológicas adequadas dos alunos. É comum depararmos-nos neste mundo globalizado com um grande percentual de jovens ou mesmo crianças com excesso de peso, problemas de hipertensão e colesterol elevado, tudo em decorrência de uma alimentação moderna, frutos da aquisição de produtos alimentícios de qualidade duvidosa. Desta maneira, observamos a cada dia o reflexo negativo dos aspectos nutricionais na vida das pessoas.

A importância de colocar um nutricionista é essencial para regular a alimentação nas cantinas e bares escolares, tornando deste forma a escola um verdadeiro centro de educação, não apenas mental, mas também físico.

Voto em separado

Somos pelo parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01/12/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 616/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Atsushi Yoshi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ (VOTAÇÃO NOMINAL). (Publ. no DA nº 133/09, de 04/11/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 616/09

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, tem por objetivo conceder título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Atsushi Yoshi.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 09/02/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 173, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, solicitando da retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão do Projeto de Lei nº 616/09.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 171, de autoria dos Deputados Reni Pereira, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Elio Rusch, Ademar Traiano e Plauto Miró, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Eu estava lendo o requerimento formulado pela Bancada da Oposição, e tenho que reconhecer, ainda há pouco ouvi o Deputado Elio Rusch, na tribuna, percebo que quando o tema envolve o porto de Paranaguá, ainda os interesses privados são muito fortes e acabam se manifestando das mais diversas formas. Digo isso respeitando o orador Elio Rusch, mas indiscutivelmente sabemos que os chamados operadores portuários, muitas vezes por conta da questão que envolve o interesse público, têm seus interesses contrariados.

Aqui temos mais um tema que envolve questões da relação do privado com o público no porto de Paranaguá.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 006

7ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....41

Presenças.....41

Abertura da Sessão41

Expediente:

Requerimentos.....42

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final..... 42

3ª Discussão 42

2ª Discussão 43

1ª Discussão 43

Encerramento da Sessão 44

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 44

Diretoria Geral

Portarias..... 44

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato 45

DIÁRIO Nº 006

7ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Fernando Scanavaca.

Presenças:

Às dezessete horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Joce-

lito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Elton Welter, Ademir Bier, Beti Pavin, Enio Verri, Fábio Camargo e Mauro Moraes (07).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Artagão Júnior e Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária antecipada do dia 11 (quinta-feira), conforme requerimento aprovado de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 178

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Proposição nº 421/09, item 10 da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 10/02/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão / Votação

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 520/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que institui o Selo de Qualidade de Turismo no Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovada. (Publ. no DA nº 031/07, de 16/07/07, em Projetos de Lei)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 528/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que institui a Semana de Conscientização do Doador de Medula Óssea e estabelece prioridade no atendimento aos doadores em todo o Estado do Paraná. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 528/08
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 15701, de 30/01/07, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída a segunda semana de dezembro como Semana de Conscientização do Doador de Medula Óssea em todo o Estado do Paraná.”

Art. 2º Fica acrescido o seguinte artigo 3º na Lei nº 15701, de 30/01/07, renumerando o atual artigo 3º.

Art. 3º Os hospitais e locais de coleta de material de toda rede pública de saúde quando do cadastro de doadores, deverão dar prioridade no atendimento para o voluntário ao exame de compatibilidade de medula óssea.

Parágrafo Único. A prioridade prevista no *caput* deste artigo visa estimular o voluntário à doação de medula óssea. Nenhum entrave ou demora deverá existir, que signifique qualquer tipo de embaraço e dificuldades ao doador que impeçam ou desestimule-o, salvo os procedimentos normais de coleta, e cadastramento.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/02/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 224/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que institui que as Escolas Públicas e Privadas conveniadas com o Estado do Paraná, devam dispor de embasamento teórico e prático em ecologia e preservação ambiental. **Aprovada. (Publ. no DA nº 046/09, de 11/05/09, em Projetos de Lei)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 463/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que insere no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa do Padroeiro São Sebastião, no Município de Joaquim Távora. **Aprovada. (Publ. no DA nº 102/09, de 02/09/09, em Projetos de Lei)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 697/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que declara de utilidade pública a Associação de Cooperação Agrícola dos Assentamentos da Reforma Agrária do Oeste do Paraná - ACARP Oeste, com sede e foro no Município de Cascavel. **Aprovada. (Publ. no DA nº 151/09, de 07/12/09, em Projetos de Lei)**

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 726/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre o monitoramento em tempo real da qualidade do ar da Região Metropolitana de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**
 Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que torna obrigatória a apresentação da Caderneta de Saúde da Criança no ato de inscrição de crianças em creches, escolas maternas, jardins de infância, e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT E CSP. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 556/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a presença de nutricionistas nas instituições públicas e privadas de ensino fundamental e Médio, no Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, E CECECT. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com necessidades especiais nos contratos de órgãos públicos estaduais com empresas prestadoras de serviços. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHDCD. (Publ. no DA nº 096/09, de 24/08/09, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 PROJETO DE LEI Nº 421/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 421/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com necessidades especiais nos contratos de órgãos públicos estaduais com empresas prestadoras de serviços.

A matéria recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça com a afirmação da existência de vício de iniciativa.

Discordamos dos argumentos do referido parecer contrário em razão dos seguintes fundamentos:

O parecer argumenta a reserva de iniciativa e matéria essencialmente administrativa.

É comum que o vício de iniciativa seja alegado pela Comissão de Constituição e Justiça com recurso ao conceito de matéria essencialmente administrativa.

Trata-se de conceito pantanoso e equívoco, ao qual se atribui os mais diversos conteúdos, sem que o mesmo tenha merecido consideração mais profunda por parte da doutrina e jurisprudência brasileira.

Já existe previsão legal para a reserva de vagas em concursos públicos, onde as vagas são reservadas para pessoas com necessidades especiais.

O projeto de lei da autora não invade competência exclusiva do Poder Executivo, apenas estende a norma existente aos contratos terceirizados.

Dispõe a Constituição Estadual, no artigo 27, inciso VIII, *que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;*.

O único conceito possível do que seria matéria essencialmente administrativa, à luz do direito positivo, é aquela que define a mesma como o assunto que só pode ser objeto de decreto autônomo.

O Decreto Autônomo é aquele que o Chefe do Poder Executivo edita, não no exercício de poder regulamentar (já existe previsão constitucional), mas de competência que lhe é deferida pela Constituição para o exercício de suas prerrogativas exclusivas.

Toda atividade administrativa está vinculada à lei (princípio da legalidade), a matéria essencialmente administrativa será sempre uma exceção, sujeita, portanto, a interpretação restritiva.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
 JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
 PROJETO DE LEI Nº 421/09

P A R E C E R :

A nobre Deputada Cida Borghetti traz a debate projeto que, aprovado e transformado em lei, obrigará as empresas que executam obras e serviços ao Governo do Estado do Paraná a contratarem pelo menos 12% de mão de obra que utilizam, com pessoas portadoras de necessidades especiais.

A respeitada Parlamentar fundamenta sua proposição na Lei Federal nº 10098 e no capítulo I, do Decreto Federal nº 3298.

O projeto é uma reafirmação do carinho e respeito que a admirada Parlamentar Cida Borghetti devota a essas criaturas humanas. Iniciativa de alto alcance social, abrirá as portas para que milhares de pessoas especiais realizem o sonho de conquistar seu emprego e vivam com o fruto do suor de seu trabalho.

Nosso parecer é pela aprovação, com votos de louvor à essa grande mulher, Cida Borghetti, de notável formação religiosa, que oferece, a todos nós Parlamentares, a oportunidade de damos nossa importante colaboração a todos os portadores de necessidades especiais.

Sala das Comissões, em 14/12/09.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
 ANTONIO BELINATI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 178, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões.

Aprovado.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Apenas para dar o nosso posicionamento, tivemos uma conversa em Plenário e concordo com as reivindicações.

Portanto, concordo com a retirada do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aprovada. Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 421/09.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Apenas agradecer a Deputada Cida, um Deputado extremamente importante, mas precisamos participar do processo de discussão para adequar a redação para alcançar o grande objetivo proposto pela Deputada Cida.

Por isso, que eu agradeço e o projeto voltará a Ordem do Dia.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL - da PEC nº 071/09 e dos Projetos de Lei nºs 613, 646, 696 e 708/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 413 e 545/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 039/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e amparada no artigo 33 parágrafo 1º, inciso VI e XIII da Resolução nº 001 de 01/03/05,

R E S O L V E :

I - Determinar o empenho por estimativa em nome da Administração, nas rubricas e nos valores abaixo:

- a) 3390.3302 - Passagens Aéreas - R\$ 100.000,00
- b) 3390.3917 - Representação - R\$ 100.000,00
- c) 3390.3918 - Alimentação - R\$ 100.000,00
- d) 3390.3939 - Publicação - R\$ 20.000,00

II - À Diretoria Geral para providências que se fizerem necessárias para o cumprimento deste Ato.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12/01/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 189/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 794, datado de 04/02/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição da funcionária MARIANA CAZAMAJOU CELLI, matrícula 40255, para continuar prestando serviços junto ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, órgão vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05/02/10.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 190/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado nº 15925, datado de 18/12/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição da Prefeitura Municipal de São José do Pinhais, o servidor deste Poder Legislativo, EDGAR DOS SANTOS BUQUERA, matrícula nº 485, funcionário efetivo deste Poder Legislativo, ocupante do cargo de Médico, para prestar serviços, no período de 24/08/10 a 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/02/10.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 191/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado nº 781, datado de 04/02/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição do Governo do Estado do Paraná os serviços do funcionário deste Poder Legislativo, FELIPE KAMPMANN BITTENCOURT, matrícula nº 8204, para exercer assessoramento, junto à Direção do Patronato Penitenciário do Estado - DEPEN, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/01/10.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 193/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado nº 159, datado de 19/01/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, MILTON DA SILVA NANTAS, matrícula nº 8219, de 15 (quinze) dias, a partir de 17/12/09, com término em 02/01/10, CID I.20.9.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19/01/10.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato

OFÍCIO Nº 002/10

Curitiba, 09/02/10.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse Diário Oficial do Poder Legislativo Estadual, o extrato contendo em suma o resultado da Reunião realizada em 09/02/10, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de Recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- Projeto de Lei nº 139/07 - Parecer favorável.
- Projeto de Lei nº 588/09 - Parecer favorável.
- Projeto de Lei nº 599/09 - Parecer favorável.
- Projeto de Lei nº 616/09 - Parecer favorável.
- Projeto de Lei nº 617/09 - Parecer favorável.
- Projeto de Lei nº 651/09 - Parecer favorável.
- Projeto de Lei nº 171/07 - Parecer contrário.
- Projeto de Lei nº 304/07 - Parecer contrário.
- Projeto de Lei nº 666/07 - Parecer contrário.
- Projeto de Lei nº 237/08 - Parecer contrário.
- Projeto de Lei nº 494/08 - Parecer contrário.
- Projeto de Lei Complementar nº 618/09 - Parecer contrário.

contrário.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente